

INSTITUTO VALE DO CRICARÉ
FACULDADE VALE DO CRICARÉ
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

EDRI ROCHA NUNES JUNIOR
JHORRANNY GRIPA RODRIGUES
LAILA OLIVEIRA DE SOUZA

**A VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE EM MICRO E
PEQUENAS EMPRESAS**

SÃO MATEUS
2020

EDRI ROCHA NUNES JUNIOR
JHARRANNY GRIPA RODRIGUES
LAILA OLIVEIRA DE SOUZA

A VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Contábeis da Faculdade Vale do Cricaré, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^a. Ma. Jussara Plácido Rangel Pereira

SÃO MATEUS

2020

EDRI ROCHA NUNES JUNIOR
JHORRANNY GRIPA RODRIGUES
LAILA OLIVEIRA DE SOUZA

A VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharel Ciências Contábeis da Faculdade Vale do Cricaré, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em 08 de dezembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

PROF. ME. JUSSARA PLÁCIDO RANGEL PEREIRA
FACULDADE VALE DO CRICARÉ
ORIENTADOR

PROF. ME. ISRAEL FRANCISCO PETRONETTO
FACULDADE VALE DO CRICARÉ

PROF. Me. RHULLYANO BERNARDO MARTINS
FACULDADE VALE DO CRICARÉ

SÃO MATEUS

2020

“Dedicamos este trabalho a Deus, nosso
guia. Sem ele nada nos seria possível. ”

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à professora, Jussara Plácido Rangel Pereira que nos orientou neste Trabalho de Conclusão de Curso, pelo estímulo, ensino, críticas, dedicação, e pela confiança em nosso trabalho, tornando mais leve esse desafio. Fonte de inspiração e exemplo como pessoa e profissional.

Aos professores que, durante estes quatro anos de formação, compartilharam conosco ferramentas de conhecimento e se tornaram pontes de ensinamentos, assim despertando em nós o amadurecimento, nosso muito obrigado!

A instituição Vale do Cricaré que nos proporcionou esses anos de troca de aprendizado, sempre estimulando a busca de conhecimentos. A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da nossa formação, o nosso muito obrigado.

“O que não é medido não é gerenciado”.

(Robert Kaplan e David Norton)

RESUMO

Esta pesquisa objetivou analisar se ocorre à violação do Princípio da Entidade e qual é a visão que os gestores têm da contabilidade, nas cidades de São Mateus e Jaguaré no Espírito Santo. A pesquisa realizou-se por meio de um questionário com 12 questões fechadas, buscando compreender o perfil e a visão dos microempresários, a respeito do princípio da entidade. A pesquisa se deu em âmbito descritivo, onde 16 empresários tanto da cidade de São Mateus quanto da de Jaguaré responderam as perguntas. 37,5% dos entrevistados estão entre 20 e 35 anos de idade, isto mostra como os jovens hoje em dia estão empreendendo, um dado interessante é que 43,75% tem o nível superior completo. Outro dado importante é que 56,25% são microempresas, 43,75% são empresas de pequeno porte. E sobre os empresários ter conhecimento sobre princípio da entidade, 50% afirmaram conhecer e 50% não conhecem. Com a análise dos dados foi possível concluir que a prática do princípio da entidade é importante para gestão financeira e patrimonial da empresa, além disso, evidenciou o papel do contador e sua estima no que tange levar conhecimento aos gestores.

Palavras-chaves: Contabilidade; Princípios Fundamentais de Contabilidade; Micro e pequenos empreendedores.

ABSTRACT

Objective: This research aimed to analyze whether there is a violation of the Entity Principle and what is the view that managers have of accounting, in the cities of São Mateus and Jaguaré in Espírito Santo. **Methodology:** The research was carried out by means of a questionnaire with 12 closed questions, seeking to understand the profile and the vision of microentrepreneurs, regarding the entity's principle. The research took place in a descriptive context, where 16 entrepreneurs from both the city of São Mateus and Jaguaré answered the questions. **Results:** 37.5% of the interviewees are between 20 and 35 years of age, this shows how young people today are undertaking, an interesting fact is that 43.75% have completed higher education. Another important fact is that 56.25% are micro companies, 43.75% are small companies. And about entrepreneurs having knowledge about the entity's principle, 50% said they knew and 50% did not. **Conclusions:** With the analysis of the data it was possible to conclude that the practice of the entity principle is important for the financial and patrimonial management of the company, in addition, it evidenced the role of the accountant and his esteem in terms of bringing knowledge to the managers.

Keywords: Accounting; Fundamental Accounting Principles; Micro and small entrepreneurs.

LISTAS DE GRAFICOS

Gráfico 1: Idade dos responsáveis pela empresa.....	36
Gráfico 2: Escolaridade	37
Gráfico 3: Tempo de atuação como empresário.....	38
Gráfico 4: Enquadramento social do empreendimento	39
Gráfico 5: Aquisição de bens pessoais em nome da empresa	40
Gráfico 6: Conhecimento do empreendedor sobre pró-labore	41
Gráfico 7: Procedimento realizando quando necessita de capital pra suprir dívidas.	42
Gráfico 8: Como ocorre a movimentação bancária da empresa.....	43
Gráfico 9: Conhecimento de contabilidade pelo Gestor.....	44
Gráfico 10: A empresa separa o que é da empresa e o que são dos sócios?	45
Gráfico 11: O contador que presta serviço orienta sobre a separação do que pertence a pessoa física da pessoa jurídica?	46
Gráfico 12:O empresário sabe o que significa princípio da entidade?	47

LISTAS DE SIGLAS

CFC	Conselho Federal de Contabilidade
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CONAJE	Confederação Nacional de Jovens Empresários Setor Comercial Sul
CPP	Contribuição Social Patronal
CSSL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
ES	Espírito Santo
GEM	Global Entrepreneurship Monitor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPI	Imposto sobre os Produtos Industrializados
IRPJ	Imposto sobre a renda das pessoas jurídicas
ISS	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
LC	Lei Complementar
MPE	Micro e Pequenas Empresa
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
PC	Princípios de Contabilidade
PIS	Programa de Integração Social
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SP	São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 CONTABILIDADE	14
2.1 CAMPOS DE ATUAÇÃO DA CONTABILIDADE	17
2.2 OS USUÁRIOS DA CONTABILIDADE (EXTERNOS E INTERNOS)	19
3 PRINCÍPIOS DA CONTABILIDADE	23
3.1 PRINCÍPIO DA ENTIDADE	24
3.2 PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE	25
3.3 PRINCÍPIO DA OPORTUNIDADE	25
3.4 PRINCÍPIO DO REGISTO PELO VALOR ORIGINAL	26
3.5 PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA	27
3.6 PRINCÍPIO DA PRUDÊNCIA	28
4 MICRO EMPRESA	29
4.1 COMO SÃO CLASSIFICADAS AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS ...	29
4.2 EMPRESA FAMILIAR	31
5 METODOLOGIA	34
6 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	51
APÊNDICES	55

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade tornou-se vital para o eficaz gerenciamento das organizações, pois suas informações quando revestidas dos Princípios e Normas Contábeis, tornam-se legítimas, dignas de confiabilidade proporcionando a seus usuários subsídios que os auxiliem em suas decisões.

Os Princípios Fundamentais da contabilidade norteiam a profissão e os atos do contabilista, conhecer estes princípios é fundamental para o bom exercício da profissão. O Princípio da Entidade, o primeiro dos sete princípios fundamentais de contabilidade reconhece como objeto de estudo da Contabilidade o patrimônio das entidades e que as mesmas possuem autonomia patrimonial. Assim, não se deve confundir o patrimônio dos sócios ou proprietários com o da empresa (RESOLUÇÃO CFC nº 750, 1993).

Está pesquisa justifica-se, pois, a partir dela será possível identificar o uso ou não do princípio da entidade nas empresas comerciais nos municípios de São Mateus e Jaguaré no Espírito Santo. Um dos grandes desafios das Micro e Pequenas empresas e atentaram as principais regras de finanças empresariais que é a separação das contas de pessoas físicas para a pessoa jurídica. O controle financeiro, por se tratar de uma peça fundamental para a organização, deve ser avaliado e organizado de modo a atender as necessidades e expectativas específicas das empresas.

Mediante aos fatos apresentados pergunta-se: Como os micros e pequenos empresários das cidades de Jaguaré e São Mateus lidam com a aplicação do princípio da entidade nas suas empresas?

Muitos micros e pequenos empreendedores no Brasil, não tem o conhecimento correto de como realmente se deve fazer a contabilidade de seus negócios, estas empresas acabam muitas das vezes não tendo o papel do profissional contábil dentro as mesmas.

O papel do profissional contábil dentro de qualquer que seja a empresa é essencial, pois assim os empresários principalmente das pequenas empresas terão o melhor conhecimento das regras e dos princípios que são fundamentais para vida da empresa. O primeiro desses sete princípios seria o da entidade que se baseia em que deve ser separado o que é patrimônio da empresa e o que é patrimônio pessoal, esse princípio na grade maioria das vezes é muito

desrespeitado dentro das micro e pequenas empresas, seus empresários tendem muitas das vezes violar os princípios fundamentais da contabilidade.

Desta maneira o objetivo geral que norteia esta pesquisa é analisar se ocorre à violação do Princípio da Entidade e qual é a visão que os gestores têm da contabilidade, nas cidades de São Mateus e Jaguaré no Espírito Santo. E para que este objetivo fosse alcançado delineou-se os seguintes objetivos específicos: Buscar informações nas pequenas e médias empresas das cidades de São Mateus e Jaguaré através de questionários; Descrever os Princípios Fundamentais de Contabilidade enfatizando a relevância do princípio da entidade; Verificar se o empresário tem conhecimento sobre o princípio da entidade e como eles o seguem; Evidenciar a importância do Princípio da Entidade, mostrando-o o quão é importante para a vitalidade da empresa.

A metodologia utilizada na elaboração do projeto em sua maior parte se deu por pesquisa bibliográfica, buscando esclarecimentos do tema proposto em conteúdos já publicados em livros e materiais disponibilizados na internet, enriquecendo o conteúdo explanado no desenvolvimento do projeto. Também houve uma pesquisa de campo, onde aplicou-se um questionário para a obtenção de dados, composto por quinze perguntas fechadas, aplicado nas Micro e Pequenas empresas de São Mateus e Jaguaré no Espírito Santo. Através do mesmo, pretendeu-se verificar como vem sendo tratado o Princípio da Entidade por esses empresários e como a informação contábil é percebida por eles.

Em termos de organização, a pesquisa está estruturada em sete capítulos. No capítulo um estão a introdução, a formulação e a definição do problema de pesquisa, a justificativa e o objetivo geral e os objetivos específicos do estudo, já no capítulo dois são apresentados o conceito da contabilidade, quais os principais campos da atuação, bem como seus principais usuários, internos e externos. Quanto ao terceiro capítulo, são expostas os princípios da contabilidade, trazendo cada um destes princípios bem como sua importância, o capítulo quatro trata das micro e pequenas empresas, em como elas estão classificadas e sua contribuição para economia do Brasil, no capítulo seis é exposta todo o processo metodológico, no seis é explorada a análise de resultados, trazendo a pesquisa efetuada e fundamentando com a bibliografia existente, e por fim no capítulo sete trás as conclusões deste estudo.

2 CONTABILIDADE

A contabilidade pode ser definida como a instrumento que tem como objetivo de fornecer os elementos ou informações que sejam úteis para a que a empresa consiga fazer uma tomada de decisão acertada. Além de aprimorar às demandas do governo, ajuda os gestores na tomada de decisões, orienta as empresas no que tange as metas de deverão seguir, de acordo com Marion (2008) a contabilidade registra todas as movimentações de mensuração monetária, resumindo em relatórios contábeis, para que seja possível a avaliação dos resultados obtidos para a tomada de decisões.

No contexto competitivo atual, com o avanço tecnológico e a evolução da economia, se torna indispensável a utilização da contabilidade nas empresas, sem ela não se pode garantir o sucesso de uma organização. A contabilidade dispõe de diversas ferramentas que auxiliam na boa gestão, ferramentas como a contabilidade financeira e a contabilidade gerencial.

Para Coelho Neto et al. (2002, p. 23), “uma empresa sem contabilidade é uma fundação sem memória, sem as mínimas condições de sobreviver ou de preconceber seu desenvolvimento”. As informações contábeis são de suma importância para às instituições financeiras e até mesmo ao desempenho de uma simples informação cadastral.

De acordo com Ludícibus (2010), a contabilidade pode ser resumida como a escrituração das práticas e fatos ocorridos nas entidades e a informação produzida pertinente a atual situação econômico-financeira das entidades para ajudar os gestores nas tomadas de decisões, bem como verificar o tangível valor dos patrimônios das empresas. Válido salientar que a contabilidade não é uma ciência exata, porém efetivamente uma ciência social aplicada.

A contabilidade é uma ciência rica em possibilidades, sendo possível extrair uma infinidade de informações que auxiliam no gerenciamento das empresas, por meio de suas demonstrações contábeis.

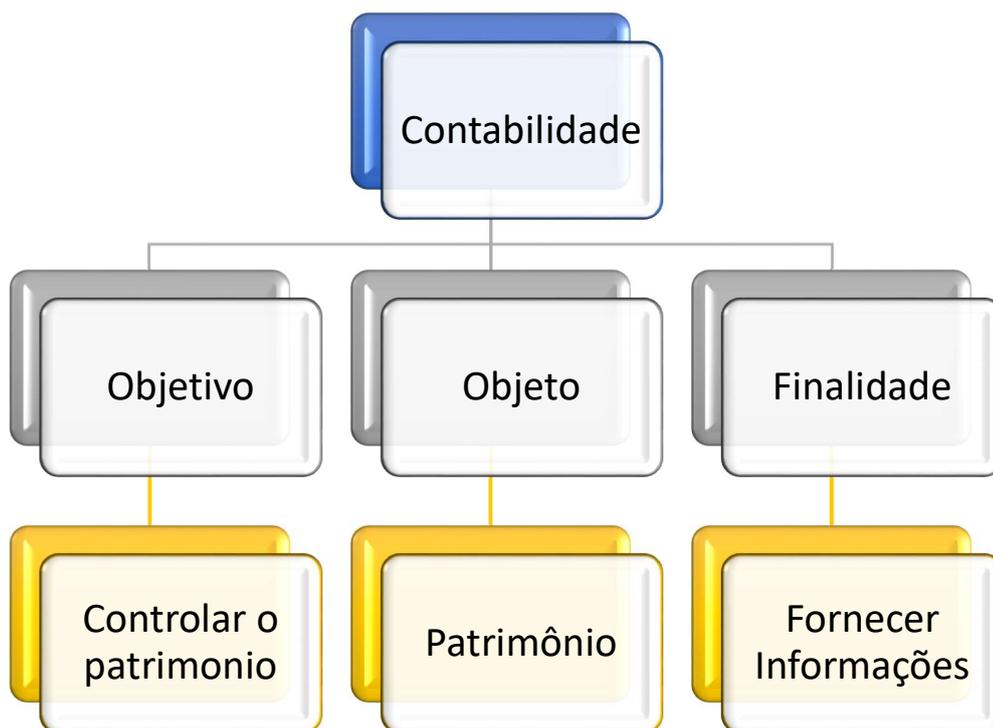
De acordo com Gouveia (1975, p. 1):

Contabilidade é uma arte. É a arte de registrar todas as transações de uma companhia, que possam ser expressas em termos monetários. E, é também a arte de informar os reflexos dessas transações na situação econômico-financeira dessa companhia.

Em sua base teórica a contabilidade desenvolve, os princípios e regras de proceder a serem seguidas pelos profissionais do setor contábil, dessa maneira padronizando procedimentos por eles adotados. De acordo com Ferreira (2004, p. 1), a contabilidade em perspectiva teórica pode ser definida como “a conhecimento que estuda o patrimônio do ponto de vista econômico e financista, bem como os princípios e as técnicas necessárias ao controle, à interpretação e à avaliação dos fundamentos patrimoniais e de suas modificações.”

É muito importante no estudo das Ciências contábeis saber diferenciar Conceito, Objeto, Objetivo e Finalidade. Para melhor entendimento a figura 1 mostra um mapa mental que resume esta que é a parte introdutória do estudo da Contabilidade e fundamental para contadores, estudantes de cursos de ciências contábeis.

Figura 1: Mapa Mental do estudo da contabilidade



Fonte: Os autores, 2020

O principal objetivo da contabilidade é o patrimônio, de acordo com Basso (2005) a contabilidade possui como intenção necessária conceber informações de ordem física, econômica e financeira sobre o patrimônio, com alarde para o controle e planejamento.

A informação, interessante que evidencia é de fundamental importância no processo decisório das entidades, é motivo de atenção constante de executivos, administradores e demais indivíduos que tomam decisões no dia-a-dia das organizações. Hoje, melhor do que antes, recai sobre a Contabilidade a missão de realizar informações, especificamente sobre aspectos do seu instrumento de pesquisa, ou seja, sobre o patrimônio e suas devidas variações (BASSO, 2005, p.25).

O propósito da contabilidade é ajudar para o controle do patrimônio e para o planejamento na tomada de decisões, de acordo com Sá (2002) ter o devido controle sobre planejamento são essenciais para a sobrevivência das empresas no mercado competitivo. Neste intuito, a Contabilidade é uma ciência fundamental do ponto de visibilidade gerencial, ao disseminar informações quantitativas e qualitativas sobre a saúde econômica e financeira de uma instituição.

A contabilidade, sendo a ciência apta para ajudar, a partir de modelos à crescimento das economias, sendo bens materiais e imateriais, pode ensinar a bens do todo coletivo, ou seja, é o conhecimento habilitado para desenvolver os bens sociais por meio da somatória das unidades (SÁ, 2002).

Um dos intuitos das ciências contábeis é fazer uma análise detalhada de todo patrimônio, e demonstrar sua evolução, como corrobora Iudícibus, Martins e Gelbcke (1994, p. 58), a contabilidade tem por objetivo “um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização. ”

Em suma, a contabilidade é necessária para a tomada de decisões a respeito dos bens da empresa. Mesmo procurando reparar às necessidades dos usuários, a atividade da contabilidade permanece inalterada por meio de dos tempos: atender os usuários com esclarecimentos benéficos para a tomada de decisões econômicas. O propósito da contabilidade é “proporcionar informação estruturada de classe econômica e financeira e, subsidiariamente, física, de eficiência e social, aos usuários internos e externos”. (IUDÍCIBUS et al., 2009, p. 33).

2.1 CAMPOS DE ATUAÇÃO DA CONTABILIDADE

O campo de atuação do profissional de contabilidade frequentemente está agregado ao crescimento do local empresarial, relacionando-se de modo direto com a economia e a gerência das instituições que se complementam vice-versa. De fato, as capacidades de desempenho do contabilista são bem amplas e compreendem as companhias públicas e privadas de um modo geral, assim como também podem exercer a profissão de maneira autônoma (SILVA, 2003).

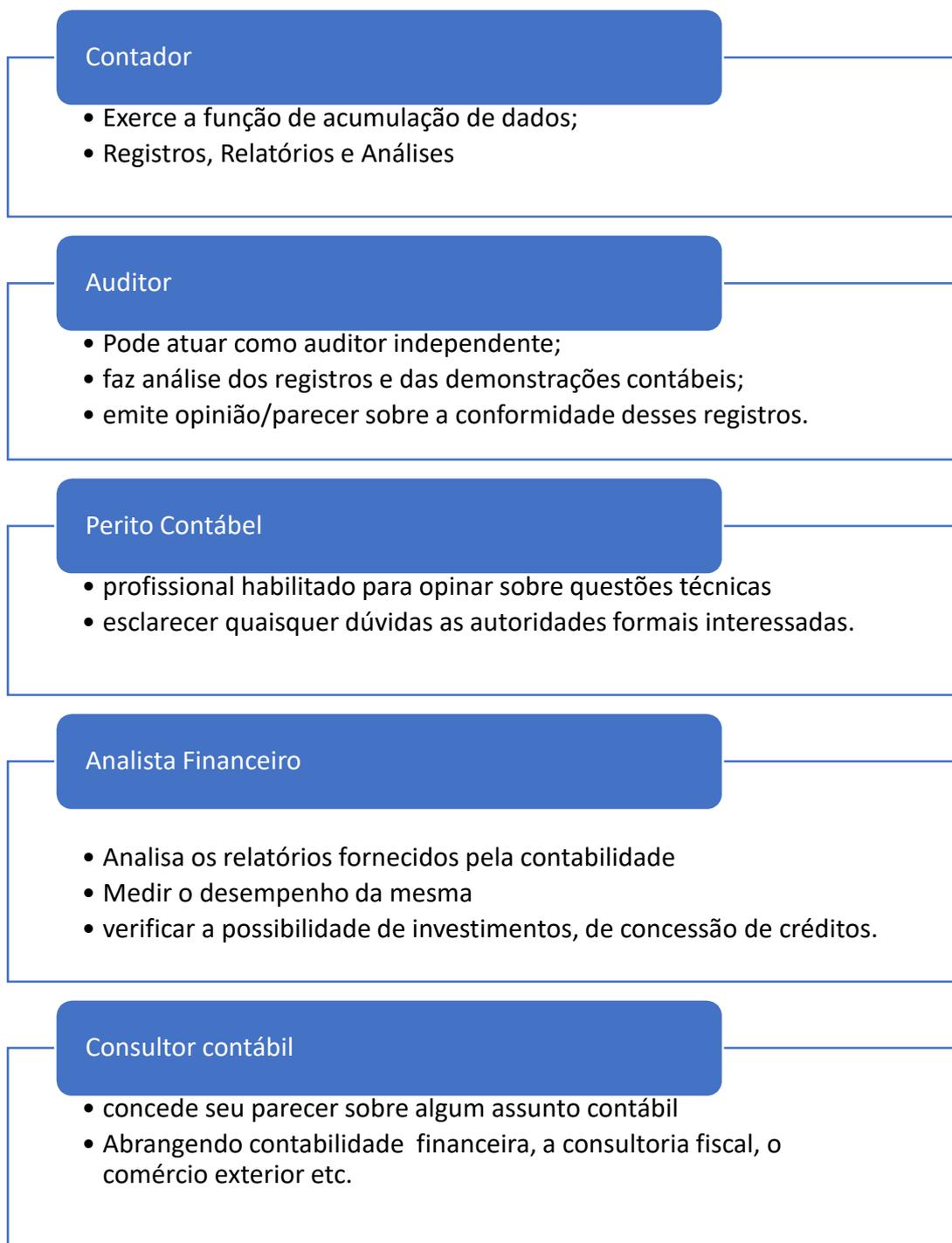
Os contadores que decidem abrir um escritório de contabilidade, ou trabalhar como autônomos, frequentemente fazem a contabilidade de micro e pequenas empresas, geralmente com gestão familiar. De acordo com Ferronato (2011), para essas companhias terem uma melhor performance, é necessário que contadores e empresários que consigam se comunicar muito bem. Quando os pequenos empresários e os contadores estão alinhados, o negócio costuma prosperar. Estes gestores são capazes de não ter formação acadêmica, no entanto não podem deixar de se atualizar acerca do seu empreendimento e estar sempre em busca de conhecimento.

De acordo com Fari e Nogueira (2006, ao longo do tempo a atividade contábil esteve associada a atividades mais burocráticas relacionadas aos trâmites do fisco e as demandas legais do Estado, no qual o profissional assumia a ponto de agir por cálculos, formulários, escrituração e guias de pagamentos. Essa perspectiva tem se diversificado e o profissional contábil no Brasil encontra hoje um mercado de desempenho mais diferenciado no qual ele deixa de atuar exclusivamente com dados e fatos contábeis e passa a exercer papéis estratégicos e cada vez mais essenciais para a tomada de decisão.

Em consequência de novas demandas do mercado, o aumento tecnológico e as constantes demandas e necessidades fiscais, legislativas e tributárias, o profissional contábil encontra hoje um mercado de trabalho bem mais diferenciado. São vários os campos de desempenho para o profissional diplomado em Ciências Contábeis e nestas circunstâncias, Fari e Nogueira (2006) salientam que a contabilidade é um setor bastante amplo, sendo que o profissional, pode atuar em diversos campos como a contabilidade privada, pública, perícia contábil, controladoria, etc. Dentre essas áreas de atuação do profissional contábil, ele pode também vir a praticar como empregado,

empregador ou como profissional liberal. A figura 2 a seguir demonstra as principais áreas que o contador atua hoje em dia e algumas das suas características ou atribuições.

Figura 2: As principais funções desempenhadas por um profissional de ciências contábeis



Ainda no que tange ao mercado de trabalho para o contador, Ludícibus et al (2010, p. 8) discorre que “[...] O mercado de trabalho para o contador de alto nível, hoje, no Brasil, é, em média, um dos melhores entre os profissionais liberais, no sentido financeiro, principalmente”.

Por sua vez, indo mais além, Câmara (2012, p. 16) confirmando o senso acima, discorre que “O campo de ação da contabilidade nos dias de hoje é bem diversificado. Oferecendo inúmeras vagas para que pessoas se manifestam habilitadas e atualizadas”. Para Marion (2012, p. 29) “A contabilidade é uma das áreas que mais proporcionam possibilidades para o profissional. O acadêmico que optou pelo curso superior de contabilidade terá inúmeras alternativas. ”

2.2 OS USUÁRIOS DA CONTABILIDADE (EXTERNOS E INTERNOS)

Um dos principais objetivos da Contabilidade é prover seus usuários internos e externos de informações úteis e em tempo hábil, sendo o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões e o faz através de relatórios que expõem resumida e ordenadamente os dados colhidos (MARION, 2009).

Para o IBRACON, o usuário será “toda pessoa física ou jurídica que tenha interesse na avaliação da situação e do progresso de determinada entidade, seja tal entidade empresa, ente de finalidades não lucrativas, ou mesmo patrimônio familiar”.

A informação contábil era de uso exclusivo do seu proprietário, assim, de acordo com Ludícibus (2009), o homem fez a contabilidade e tornou-se seu próprio usuário. No decorrer do tempo com os avanços das atividades comerciais, surgiu a necessidade de acompanhar as variações dos bens e das mercadorias a cada transação, em outro momento surgiram os usuários externos na figura de credor e também o estado e a sociedade passar a exigir maior controle e mais informações dos registros.

O usuário da Contabilidade pode ser conceituado com base em Ludícibus, Martins e Gelbcke (2000, p. 42), “Conceitua-se como usuário toda pessoa física ou jurídica que tenha interesse na avaliação da situação e do progresso de determinada entidade, seja tal entidade empresa, ente de finalidades não lucrativas, ou mesmo patrimônio familiar”.

De um modo geral, podemos dividir estes usuários em dois grandes grupos, quais sejam os usuários internos e os usuários externos. Os usuários internos estão intimamente ligados aos objetivos e atividades empresariais. São eles que influenciam nas decisões administrativas como o planejamento de investimentos, questões relacionadas ao preço dos produtos, bem como, o gerenciamento do fator humano imprescindível ao bom andamento dos processos gerenciais.

No âmbito interno, uma área distinta (porém complementar) da contabilidade responde pela elaboração e evidenciação das divulgações das informações contábeis sob o ponto de vista dos gestores (usuários internos), incluindo informações financeiras e não financeiras. Essa área é denominada Contabilidade Gerencial (JIAMBALVO, 2009).

Em outra vertente estão os usuários externos que, como os usuários internos, possuem interesse nas demonstrações contábeis empresariais, porém, com outros enfoques, já que essas pessoas ou órgãos não se encontram, necessariamente dentro da entidade ou envolvidos com ela diretamente.

Com a Globalização advindo da industrialização e as mudanças inseridas no processo produtivo, complementado da conveniência de elevados investimentos, a diversidade nos negócios e a disputa acirrada entre as empresas, a contabilidade teve de procurar opções de adequação a esse padrão de empresa, seja por meio da inserção de novos demonstrativos ou a apropriação dos já existentes para responder às necessidades dos vários conjuntos de usuários que começaram a precisar das informações contábeis (COSTA, 2002).

Bancos e Entidades financeiras solicitam demonstrações para julgar se uma empresa pode arcar com empréstimos possivelmente concedidos, entre outras necessidades que ela venha apresentar. Porém, dentre todos os usuários, pode-se afirmar que são os Administradores/Diretores que mais demandam informações para traçar o curso que a empresa deve seguir, corrigir eventuais falhas ou mesmo como ela está se portando dentro de um período turbulento da economia mundial.

Para Ricardino (2005), a contabilidade passou a ser um processo de identificação, mensuração, acumulação, análise, preparação, interpretação e

comunicação de informações que são usadas pelos administradores para o planejamento, avaliação e controle de uma organização. A principal ferramenta que o Controller utiliza para realizar seu papel na empresa é o sistema contábil utilizado por ela.

Esse sistema deve ser integrado basicamente por três ramos contábeis: geral, fiscal e de custos. Portanto a primeira tarefa do Controller deve ser a de estabelecer um plano de contas apto a atender as necessidades da empresa na qual este gerencia. É através de relatórios que os usuários do sistema contábil poderão comparar o que foi planejado com o que foi realizado; portanto o Controller deve fornecer informações claras, e objetivas para atender estes usuários, que podem ser internos e externos. A figura 3 demonstra quais os principais usuários internos e externos das organizações.

Figura 3: Usuários internos e externos da contabilidade



Fonte: Os autores, 2020

Todas as decisões realizadas em uma empresa por seus gestores refletem nos ambientes internos e externos ligados à organização, “o processo

decisório não restringe apenas aos limites da empresa, pois também está ligado aos investidores, aos fornecedores de bens e serviços a crédito, aos bancos, ao governo entre outros” (MARION 2011 p. 16).

3 PRINCÍPIOS DA CONTABILIDADE

No primeiro momento ao consultar o dicionário Aurélio, obtêm-se que princípio é preceito, regra, lei. Consta apesar de que preceito é lei, educação, ideologia; e que regra é o que regula, dirige, rege ou governa. Similarmente, diz o dicionário Webster: “Uma verdade necessária; um princípio ou ideologia abrangente, da qual outras decorrem, ou nas quais outras estão baseadas; uma verdade maior parte; uma proposta básica ou proposição necessário; um princípio; um axioma; um postulado”. Pode-se por isso inferir que princípio é aquilo que está delimitado pelo motivo, pela lei ou pelo costume (IUDÍCIBUS, 2004).

Desta maneira os Princípios Contábeis, gerados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC,) contem corporações de trabalho em execução contínua, elaborando e verificando as regras que precisam ser cumpridas pelos profissionais de contabilidade, estabelecem normas que orientam o procedimento, delimitando dessa maneira as aplicações contábeis. Os mesmos apresentam uma linguagem uniforme que deverá ser compreendida pelos usuários com um único significado, facilitando a avaliação dos dados da mensuração patrimonial, dos registros contábeis. Estabelecendo dessa maneira, um melhor conhecimento sobre do patrimônio de determinada organização. (BUGARIM, et al., 2008).

De acordo com Iudícibus et al. (2009), os PCs são conceitos básicos que guiam na consecução da profissão contábil. São maneiras ou formas no quais os profissionais de contabilidade utilizam para alcançar os objetivos pretendidos. Segundo Lopes (2016), no início da década de oitenta o Conselho Federal de Contabilidade enunciou a resolução CFC nº 530/81 que apresentou a tese dos Princípios Contábeis. Porém, a mesma foi substituída pela Resolução CFC nº 750/93, que modificou seus conceitos de maneira a evolui-los, se adequando com a contabilidade da década de noventa, onde apresentou um novo repertório de Princípios Fundamentais de Contabilidade, nos quais se apresentam: Entidade; Continuidade; Oportunidade; Registro Pelo Valor Original; Atualização Monetária; Competência.

3.1 PRINCÍPIO DA ENTIDADE

De acordo com Marion (2002) este é o princípio que reconhece o patrimônio e afirma a autonomia patrimonial, desta maneira o patrimônio da pessoa física jamais poderá se entrelaçar com o patrimônio da pessoa jurídica, deverá existir uma plena distinção entre ambos. A função desta maneira da contabilidade é de registrar os atos e os fatos que ocorrem e que se referem ao patrimônio da empresa, deixando de lado os que relacionam ao patrimônio pessoal dos sócios e proprietários da empresa. Assim como não se misturam transações entre empresas de um mesmo grupo, cada um deverá ter sua identidade patrimonial devidamente separada (IUDÍCIBUS E MARION, 2002).

De acordo com Iudícibus e Marion (2002) o princípio da entidade se originou o raciocínio contábil, isto faz com a contabilidade seja bem planejada, mantendo sempre produtora tanto de avaliações como de demonstrações, em exercício das atividades econômicas.

A autonomia propõe que o patrimônio de uma entidade jamais pode ser confundido com aqueles dos seus sócios ou proprietários; com isso, a entidade poderá ser desde uma pessoa física, ou qualquer tipo de sociedade, instituição ou mesmo conjuntos de pessoas, tais como: famílias; empresas; governos, nas diferentes esferas do poder; sociedades beneficentes, religiosas, culturais, esportivas, de lazer, técnicas; sociedades cooperativas; fundos de investimentos e outras modalidades afins (REIS, 2004).

O Princípio da Entidade Contábil admite que para a existência e aplicação da Contabilidade, deve que existir uma entidade que desenvolva atividades econômicas, ou que constitua a estrutura para as ações econômicas (MATTESSICH apud IUDÍCIBUS, 1997).

Em sua essência, o Princípio da Entidade reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma que este deve estar imbuído de autonomia patrimonial, sendo necessário para isso, que haja a diferenciação entre os patrimônios existentes (Resolução 750 de 29 de dezembro de 1993, CFC). Ou seja, o patrimônio das entidades não deve se confundir com o patrimônio dos sócios.

3.2 PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE

De acordo com Reis (2004, p. 157), o fundamento deste princípio baseia-se na idéia de que, para a Contabilidade, as entidades jurídicas, têm vida ilimitada, até que fato qualquer venha provocar a sua descontinuidade. Conforme dispõe o Artigo 5º da Resolução 750/93 do CFC, a CONTINUIDADE ou não da Entidade, bem como sua vida definida ou provável, devem ser consideradas quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas.

A Continuidade influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor de vencimento dos passivos, especialmente quando a cessação das atividades da Entidade tem prazo determinado, previsto ou previsível.

Na definição original, era colocado que a continuidade, ou não, da entidade influenciaria os critérios de avaliação e os prazos de elementos patrimoniais. Em seguida, eram explicitados casos em que os critérios seriam alterados. Por óbvio, isso não mudou. Porém foi enfocado o critério padrão a ser utilizado: aquele que considera (por presunção) que a entidade não tenha prazo conhecido para cessação de suas atividades. Dessa forma, o princípio ficou mais objetivo e abraçou o conceito de “entidade em marcha”, tratado na Estrutura Conceitual, como padrão (ZANLUCA, 2016).

De acordo com Lemes (2010) as demonstrações devem ser preparadas com base na continuidade da entidade a menos que se tenha a intenção de liquidar a mesma. Quando a entidade não prepara as suas demonstrações com base nesse princípio deve-se divulgar com base em que essas demonstrações foram elaboradas e porque o princípio da continuidade não foi considerado.

3.3 PRINCÍPIO DA OPORTUNIDADE

Refere-se ao momento em que devem ser registradas as variações patrimoniais. Devem ser feitas imediatamente e de forma integral, independentemente das causas que as originaram, contemplando os aspectos físicos e monetários. De acordo com Ludícibus (2008) quando se tratar de um fato futuro, o registro deverá ser feito desde que tecnicamente estimável mesmo

existindo razoável certeza de sua ocorrência. São os casos de Provisões para Férias, para Contingências, etc.

Pelo princípio da oportunidade, os acontecimentos relevantes para o patrimônio devem ser registrados por completo e no momento em que ocorrem, desde que o registro contribua para a apresentação de informações relevantes e confiáveis. Trata-se de um princípio cujo efeito é o de controle da informação contábil, que demanda a identificação de todos os fatos que afetam o patrimônio, bem como de seus itens componentes (quantitativos, qualitativos e temporais) (IUDÍCIBUS, 2008).

Muitas vezes o princípio da Oportunidade é confundido com o da Competência, mais na realidade os dois são diferentes. O princípio da oportunidade tem o conhecimento das variações que as compreende e as reconhecem, enquanto o da Competência está na qualificação das variações diante do Patrimônio Líquido e na determinação de sua natureza. Refere-se ao momento em que devem ser registradas as variações patrimoniais. Exemplo, as provisões para férias e 13º Salários são feitas mensalmente mesmo sendo despesas futuras (ZANLUCA, 2016).

3.4 PRINCÍPIO DO REGISTO PELO VALOR ORIGINAL

Iudícibus (2008) diz que os componentes do patrimônio terão que ser registrados pelos valores originais das transações feitas e também que serão de acordo com a moeda corrente do país. O CFC Conselho Federal de Contabilidade da resolução 1.282/10 (Normas legais; 2018) trata sobre esse princípio em seu artigo 7º, que nos traz a seguinte redação:

O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

É do senso comum, encarar o patrimônio (e nós constantemente nos comportamos assim) da seguinte maneira: “meu patrimônio é composto por um imóvel que deve valer uns cem mil reais, um automóvel que deve valer uns quarenta mil reais e vinte mil depositados no banco”. Entretanto, não é assim que a Contabilidade encara o valor dos itens que ingressam no patrimônio de uma entidade: no sistema contábil, esses itens patrimoniais são avaliados pelo

valor pelo qual eles foram adquiridos, ou melhor, pelo valor transacionado com terceiros.

Pelo Valor Original, também denominado “avaliação pelo custo histórico”, determina que os componentes do patrimônio sejam registrados pelos valores originais das transações havidas com o mundo exterior à entidade.

O registro pelo valor original, assim como todos os princípios contábeis, é útil para padronizar o reconhecimento de fatos contábeis e diminuir a possibilidade de problemas com o fisco em decorrência de erros nesses registros.

Portanto, quaisquer transações em moeda estrangeira devem ser transformadas em moeda nacional no momento do seu registro. O Princípio do Registro pelo Valor Original estabelece que os componentes do patrimônio tenham seu registro inicial efetuado pelos valores ocorridos na data das transações havidas com o mundo exterior à entidade, estabelecendo, pois, a viga mestra da avaliação patrimonial, ou seja, a determinação do valor monetário de um componente do patrimônio.

3.5 PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA

Este princípio demonstra que as receitas e as despesas são atribuídas aos períodos de acordo com a real ocorrência dos mesmos, isto é, de acordo com a data do fato gerador e não quando são recebidos ou pagos em dinheiro. Através desse princípio, a folha de pagamento dos operários relativa ao mês de dezembro, suponhamos, será considerada como despesa de dezembro, mesmo que na prática o pagamento só seja efetuado nos primeiros dias de janeiro (CASTRO, 2010).

De acordo com o princípio da competência, os efeitos das transações e outros eventos devem ser reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento, observando-se a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas. (RESOLUÇÃO CFC Nº 750/93, art. 9º).

O fato gerador da despesa é o serviço prestado pelos operários, e não a pagamento do salário. Embora, com o intuito de observar o princípio em questão, sejamos obrigados muitas vezes a fazer hipóteses algo arbitrárias, parece-nos

que é essencialmente válido, pois independe da base de valor a ser adotada (PADOVEZE, 1997).

3.6 PRINCÍPIO DA PRUDÊNCIA

O princípio da prudência determina a adoção do menor valor para os componentes do Ativo e do maior para os componentes do Passivo, sempre que se apresentem duas alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações do patrimônio.

O Princípio da Prudência, também conhecido como Conservadorismo, institui que, ao se deparar com uma situação onde se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais, o contabilista deve optar pela adoção daquela que resulte no menor patrimônio líquido, ou seja, o menor valor para os componentes do Ativo e o maior para os do Passivo. Segundo Ludícibus (2006, p. 82):

Conservadorismo deve ser entendido como elemento “vocacional” da profissão a fim de disciplinar o entusiasmo natural de alguns donos e administradores de negócios na apresentação das perspectivas da entidade (Ludícibus, 2006, p. 82).

Para os entes públicos, a prudência deve ser observada quando, existindo um ativo ou um passivo já escriturado por determinados valores, surgirem possibilidades de novas mensurações. Em consonância com os Princípios Constitucionais da Administração Pública, o princípio da prudência deve contribuir para a garantia da inexistência de valores fictícios, de interesses de grupos ou pessoas, especialmente gestores, ordenadores e controladores. A aplicação deste princípio não deve levar a excessos ou situações de manipulação do resultado, ocultação de passivo, superou subavaliação de ativos. (RESOLUÇÃO CFC N° 1111/07, item 1.7)

4. MICRO EMPRESA

4.1 COMO SÃO CLASSIFICADAS AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Visando retratar a real situação tributária das empresas observadas, contribuições e encargos pagos, em questão, é melhor entender alguns conceitos. Conforme Lei Complementar nº 123/2006, republicada em atendimento ao disposto no Art. 5º da Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011, segue definição de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte:

[...] DA DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA E DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);
e

II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais)

§ 1º Considera-se receita bruta, para fins do disposto no **caput** deste artigo, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

§ 2º No caso de início de atividade no próprio ano-calendário, o limite a que se refere o **caput** deste artigo será proporcional ao número de meses em que a microempresa ou a empresa de pequeno porte houver exercido atividade, inclusive as frações de meses.

§ 3º O enquadramento do empresário ou da sociedade simples ou empresária como microempresa ou empresa de pequeno porte bem como o seu desenquadramento não implicarão alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos por elas anteriormente firmados.

A classificação de tamanho das empresas é complexa, que podem ser separados em qualitativos, quantitativos ou mistos. Porém, o critério quantitativo é o mais utilizado na maioria dos setores da economia, o motivo está relacionado na facilidade da coleta de dados, tendo como base, é possível obter indicadores de tendência temporal e análises de comparação. Entretanto tem que se levar em consideração que existem outros critérios que podem ser usados em

diferentes setores industriais, e outros que são específicos a outros tipos de negócios (MARTINS, 2014).

Leone (2014) explica que critérios quantitativos possui uma relação estreita com os fenômenos sociais e econômicos, a partir daí, ao utilizar para conceituar as empresas, estará ajudando a explicar os fenômenos sociais das mesmas.

Entretanto a medida de classificação que será adotada vai depender da escolha do pesquisador, analista, ou da instituição governamental (LEONE, 2014). Dentre os critérios usados são: números de funcionários, volume anual de vendas, faturamento bruto anual, capital social, valor de patrimônio líquido, consumo de energia, quantidades de diretores, quantidade de contratos, quantidade de produtos, estrutura de financiamento e valor do ativo (LEONE 2012). Cabe ressaltar que no Brasil os critérios de classificação usados é a receita bruta anual e o número de funcionários.

Os critérios qualitativos, diferente dos quantitativos, está relacionado as características específicas do pequeno empreendimento, que os distinguirá das grandes empresas. A mesma está relacionada à forma de gerir a empresa, e o tipo de acesso ao mercado. Entretanto, apesar de mostrar uma imagem mais realista da empresa, esse critério não pode ser analisado de uma forma isolada, por este motivo, faz com que seja pouco utilizado em pesquisas que buscam decidir o tamanho de uma empresa (MARTINS, 2014). Complementado a realidade dos pequenos negócios, está relacionada a estrutura organizacional, a forma de gerir, o perfil do gestor, a forma de tomar as decisões, resolver os problemas, e a maneira com que a empresa atua mediante ao ambiente externo (CERA; ESCRIVAO FILHO, 2003).

Leone (2014) classificou as especificidades dos pequenos negócios em três grupos: especificidades organizacionais, decisórias e individuais. O primeiro tem relação com uma gestão centralizada, tem uma estrutura organizacional simples, com sistema de informações simplificado, recurso escassos e pouca especialização. Já o segundo trata dos aspectos de tomada de decisão, no caso dos pequenos negócios é intuitivo, a carência de formalização e a quantificação dos processos de controle e planejamento. Quanto ao aspecto individual estão relacionados à predominância de um único

gestor, com um perfil de gestão paternalista, e que na maioria das vezes possui a tendências de “correr riscos”. (LEONE 2014).

Quanto aos critérios mistos, tem relação e combinação com os critérios quantitativos e qualitativos. Existem duas maneiras de apresentá-lo, de acordo com Leone (2014), produtos/quociente ou a combinação de ambos. Nesse primeiro caso envolve uma operação matemática, entretanto, os critérios devem estar na forma quantitativa, diferente do segundo caso que apresenta um resultado subjetivo, pois depende da interpretação de indicadores da forma original.

No Brasil adota-se critérios quantitativos, pois se utiliza a resolução GMC nº59/98 do MERCOSUL e o estatuto geral da Micro e Pequena Empresa como preceito para a classificação do tamanho dos pequenos negócios. (LEONE; LEONE, 2014). Porém, também existem órgãos brasileiros que possuem suas próprias normas para classificação de tamanhos.

De acordo com Martins (2014) os pequenos negócios são muito importantes para o país, pois são geradores de renda e emprego. Os mesmos têm sido com o passar dos anos alvo de muito estudo e pesquisa no meio acadêmico e a partir disso se percebe a dificuldade em definir o que é uma microempresa ou pequena empresa. As mesmas possuem pontos em comum, entretanto existem critérios que as diferenciam, que podem ser quantitativos, qualitativos ou mistos. Todavia, no Brasil os critérios usados são determinados pelo Estatuto Nacional das Microempresas e empresas de pequeno porte e MERCOSUL.

O Estatuto Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, suavizou os obstáculos de criação das micro e pequenas empresas, incentivou o desenvolvimento da economia e a redução da informalidade. Além disso, o capítulo tributário da lei o objetivo de facilitar a arrecadação de oito impostos (IRPJ, CSLL, PIS/PASEP, CONFINS, IPI, CPP, ICMS e ISS) em uma só guia.

4.2 EMPRESA FAMILIAR

De acordo com Werner (2005), uma empresa familiar é qualquer organização com vínculos que vão além dos interesses societários e econômicos, uma empresa familiar é aquela que tem a sua origem e sua história

vinculadas a uma família; ou ainda que mantenha membros da família na administração dos negócios.

Para uma adequada conceituação de empresa familiar, é necessário levar em conta, além da família exercer a gestão com base na propriedade, que há estreita ligação com o estilo com que a mesma é administrada. Forte valorização da confiança e expectativa de alta fidelidade, “tempo de casa” do funcionário e nível de dedicação à empresa, são valores que chegam a se sobrepor à eficiência e eficácia profissional (GONÇALVES, 2000).

Para Leone (2005), as empresas familiares geralmente apresentam pelo menos duas características distintas, a primeira delas é o fato de que geralmente a empresa é identificada pelo sobrenome da família ou pelo nome do fundador. A empresa familiar tradicional deve ser definida como aquela em que um ou mais membros de uma família exerce (m) considerável controle administrativo, pelo fato de possuir (irem) parcela expressiva da propriedade do capital. Existe estreita relação entre propriedade e controle, sendo o controle exercido justamente com base na propriedade.

Casillas, Vásquez e Díaz (2007) comentam sobre a dificuldade de obter uma definição clara e consensual sobre a empresa familiar. Isso se deve ao fato de serem os negócios familiares realidades multidimensionais, motivo pelo qual há definições baseadas em múltiplos fatores.

“Cerca de 90% das grandes empresas pertencem a grupos familiares em que os gestores, na maioria das vezes, são membros da família”. Entretanto, nos dias de hoje, com o aumento da concorrência internacional, os desafios para continuação da família no poder são constantes (BETHLEM, 1994).

Ainda sobre esse assunto aproximadamente 70% das empresas no mundo são familiares e para as próximas duas gerações esse percentual pode aumentar. No Brasil, a vida média é de 9 anos, e apenas 30% das empresas familiares vão passar o comando para a segunda geração e 5% passaram para a terceira (SEBRAE, 2012).

A construção, o crescimento, o desenvolvimento e a sobrevivência da empresa familiar de forma sucinta, parte de pré-requisitos indispensáveis para o seu sucesso, pois em sua fase inicial, esse tipo de empresa é marcado pela garra e visão de mercado que o fundador possui (SULL, 2003). Desse modo, o

perfil e as crenças do fundador acabam passando para seus gestores e funcionários iniciando assim, a chamada cultura organizacional.

Os empreendimentos familiares são importantes não só pela sua contribuição econômica, mas também pela sua estabilidade de longo prazo, o comprometimento intenso com a comunidade, especialmente em âmbito local, e os valores que preconizam. Estes fatos se tornam ainda mais importantes como uma âncora ao avanço da atual crise financeira mundial (GONÇALVES, 2000).

A solução para que essa empresa cresça realmente é adquirir um alto grau de profissionalização, pelo qual todos os familiares sejam vistos como exemplo pelo trabalho “duro”, colocando a empresa em primeiro plano. Ela deve priorizar o interesse sobre o da família, onde o coletivo deve estar acima do individual. O trabalho deve acender ao confronto. Blecher (2003), nessa direção, enfatiza que como os valores da família e da empresa nem sempre são os mesmos, a postura contrária a esse princípio levará a mesma a sofrer desgastes graduais que mimam suas bases através da insatisfação, insegurança entre os colaboradores, profissionais e até mesmo dos próprios membros da família.

Desse modo, para Bornholdt (2005), existem vários conflitos inerentes à organização. É preciso compreender que existem muitas diferenças entre as empresas. Essas diferenças podem ser de idade, sexo, valores pessoais e também diferenças de conhecimentos e habilidades. Por isso, é preciso conviver e saber lidar com as relações afetivas e as gerencias entre os familiares com objetividade.

Algumas pessoas têm na mente que a empresa familiar é somente empresas pequenas, geralmente de fundo de quintal, porém existem grandes empresas no mercado que ainda mantêm a estrutura de empresa familiar.

5 METODOLOGIA

Além do estudo de campo mediante aplicação de questionário o, realizou-se uma pesquisa bibliográfica baseada em artigos, teses, livros, dissertações de mestrado, com o intuito de fundamentar a teoria e assim atender aos objetivos propostos no trabalho. O estudo de caso é um método de pesquisa que utiliza, geralmente, dados qualitativos, coletados a partir de eventos reais, com o objetivo de explicar, explorar ou descrever fenômenos atuais inseridos em seu próprio contexto. Caracteriza-se por ser um estudo detalhado e exaustivo de poucos, ou mesmo de um único objeto, fornecendo conhecimentos profundos (Eisenhardt, 1989; Yin, 2009).

Os métodos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e na pesquisa de campo, aplicou-se um questionário para a obtenção de dados, composto por doze perguntas fechadas, que se aplicou nas Micro e Pequenas empresas de São Mateus e Jaguaré no Espírito Santo. Através do deste, verificou-se como vem sendo tratado o Princípio da Entidade por esses empresários e como a informação contábil é percebida por eles.

Em relação a sua natureza esta pesquisa é aplicada, com o objetivo de produzir conhecimentos para aplicação na prática, com base na fundamentação teórica, direcionando as soluções de problemas específicos. Segundo Gil (2012, p.27) “a pesquisa aplicada apresenta muitos pontos de contato com a pesquisa pura, pois depende de suas descobertas e seu desenvolvimento tem como característica fundamental o interesse na aplicação”. Este tipo de pesquisa se preocupa menos em desenvolver teorias de valor universal. Gil (2012) ainda afirma que ela está mais voltada na aplicação imediata a uma realidade circunstancial.

Na análise de dados foram incorporados procedimentos da pesquisa qualitativa, buscando agrupar as perguntas por meio de um questionário que mediou a entrevista de acordo com os objetivos específicos, fazendo em seguida a interpretação dos dados coletados. Para tal investigação são definidas categorias, antes ou depois da leitura dos dados, no sentido de agrupar elementos, ideias e expressões adquiridas no momento da entrevista.

Os estudos qualitativos compreendem um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um

sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teorias e dados, entre contexto e ação (MAANEM, 1979, *apud*. NEVES, 1996, p. 1).

Esta pesquisa também compreende ser de cunho quantitativo que de acordo com Knechtel (2014), a pesquisa quantitativa é uma modalidade de pesquisa que atua sobre um problema humano ou social, é baseada no teste de uma teoria e composta por variáveis quantificadas em números, as quais são analisadas de modo estatístico, com o objetivo de determinar se as generalizações previstas na teoria se sustentam ou não. Nesse sentido, a pesquisa quantitativa está ligada ao dado imediato. Significa que ela se preocupa com a quantificação dos dados, comprovando se uma teoria é válida ou não a partir de análises estatísticas.

E para que seja realizada a elaboração do estudo de caso, houve uma entrevista na qual se mediou por um questionário elaborado pelos autores desta pesquisa, com perguntas objetivas (em apêndice).

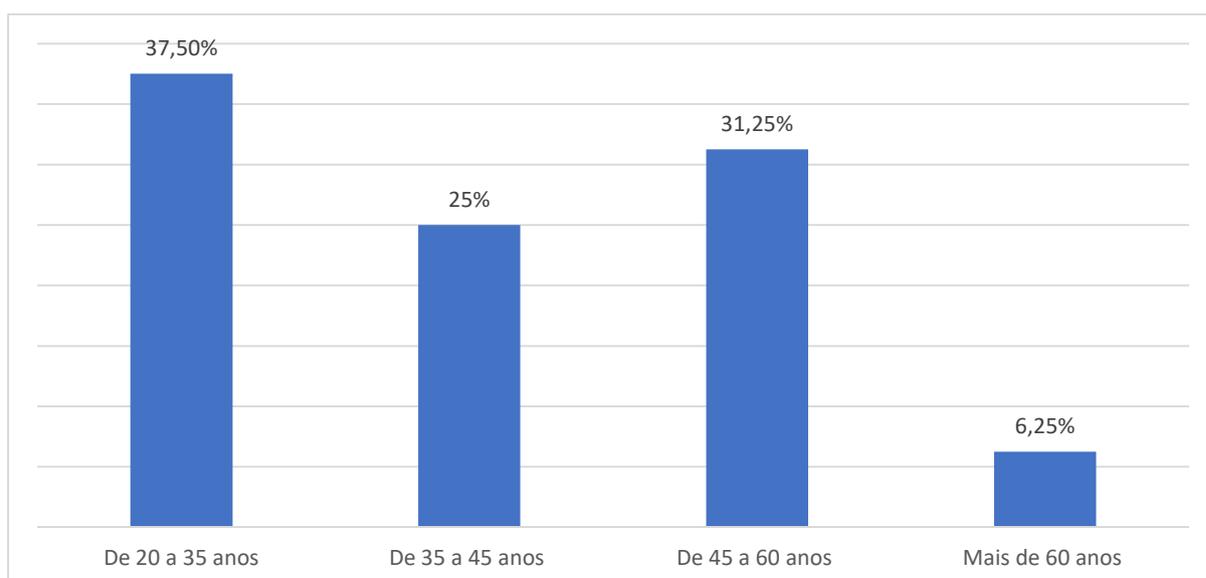
6 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa de campo foi realizada nos municípios de Jaguaré e São Mateus - ES. Sendo São Mateus o segundo mais antigo e o sétimo município mais populoso do ES, tendo como uma das principais fontes econômicas a oferta de serviços e na exploração e produção de petróleo. Em 2014, das pessoas economicamente ativas, 8,80% trabalhavam no setor de construção, 1,06% nos setores de utilidade pública, 15,06% no comércio e 37,21% no setor de serviços. Isto demonstra a força dos microempreendedores na cidade. Já o Município de Jaguaré atividade econômica se concentra na agricultura principalmente na produção de café conilon. Foram entrevistadas 11 empresas no Município de São Mateus e 5 no Município de Jaguaré. A escolha se deu pelos locais mais próximos dos alunos pesquisadores, devido às limitações impostas diante ao Covid 19.

Os principais resultados do estudo são apresentados em maneira de gráficos e tabelas, com comparações em termos percentuais de cada variável, de forma objetiva e simples visando favorecer ao máximo a sua compreensão.

No primeiro questionamento, perguntou qual era a idade do responsável pela empresa, e a resposta segue no gráfico 1.

Gráfico 1: Idade dos responsáveis pela empresa



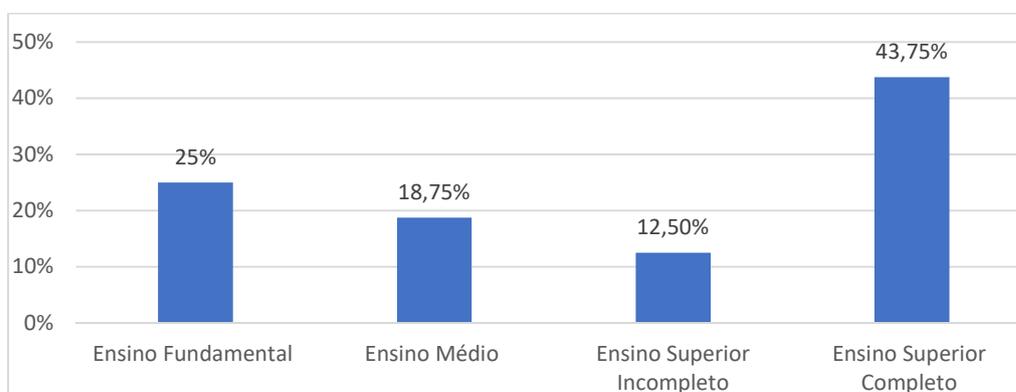
Fonte: Dados da pesquisa, 2020

O quantitativo de 37,5% dos entrevistados estão entre 20 e 35 anos de idade, isto mostra como os jovens hoje em dia estão empreendendo, entre 45 a 60 anos de idade somaram 31,25%, entre 35 e 45 o quantitativo foi de 25% e com mais de 60 anos apenas 6,25%. O CONAJE- Confederação Nacional de Jovens Empresários Setor Comercial Sul em sua pesquisa, intitulada 'Perfil do Jovem Empreendedor Brasileiro', realizada em 26 estados e no Distrito Federal, em 2015, mostrou que apesar de estarem pessimistas em relação ao cenário político e econômico no país, os jovens empreendedores desejam investir em um novo segmento de negócio. A pesquisa definiu as características do jovem empreendedor brasileiro, em sua maioria do sexo masculino (71%), idade entre 26 e 30 anos, ensino superior completo, microempresário, com apenas uma empresa no nome e faturamento anual de R\$ 60 mil a R\$ 360 mil (CONAJE, 2016.).

Os dados dessa pesquisa também corroboram com os de outra no qual o empreendedorismo jovem vem revelando a importância deste empreendedor e aumento de sua participação na economia. Em 2008, os dados já revelavam que os jovens vinham ampliando a sua participação no universo do empreendedor brasileiro (GEM, 2011), e em 2011 as taxas de empreendedorismo naqueles que tem entre 18 e 24 anos ficou em 12,82%, enquanto que de 15 a 34 anos 17,85%, sendo esta última a maior taxa entre todas as faixas etárias pesquisadas (GEM, 2011).

Na pergunta seguinte questionou sobre a escolaridade dos entrevistados, no qual estão dispostas no gráfico 2.

Gráfico 2: Escolaridade

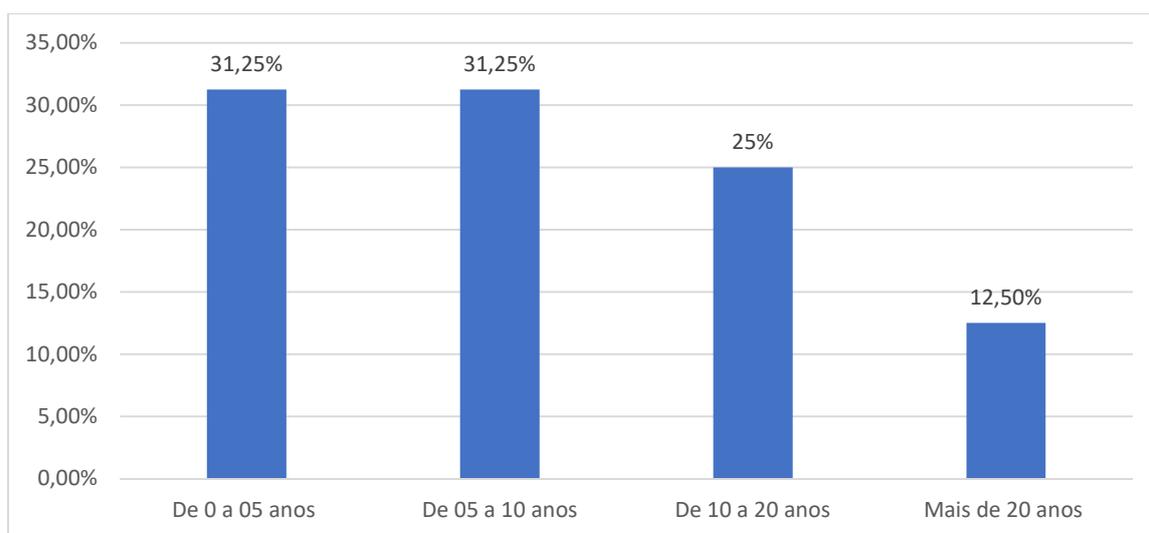


Fonte: Dados da pesquisa, 2020

Um número expressivo de entrevistados com 43,75% tem o nível superior completo, isto mostra que os empreendedores estão buscando se aprimorar, para manter seu negócio. Os resultados encontrados foram de encontro aos achados de Zouain, Oliveira e Barone (2007), nos quais pelo menos 31,2% dos empreendedores jovens possuem ensino superior completo. Contudo o resultado foi ao encontro da pesquisa realizada por Soares e Machado (2005), Lima Filho Sproesser e Martins (2009) e Ribeiro e Teixeira (2012), que também apontou para uma maioria de entrevistados graduada ou estão concluindo o nível superior, além de apresentar resultados significativos de empreendedores com pós-graduação.

Em seguida perguntou a quanto tempo esses empresários atuavam no mercado de trabalho, e as respostas estão expostas no gráfico 3.

Gráfico 3: Tempo de atuação como empresário



Fonte: Dados da pesquisa, 2020

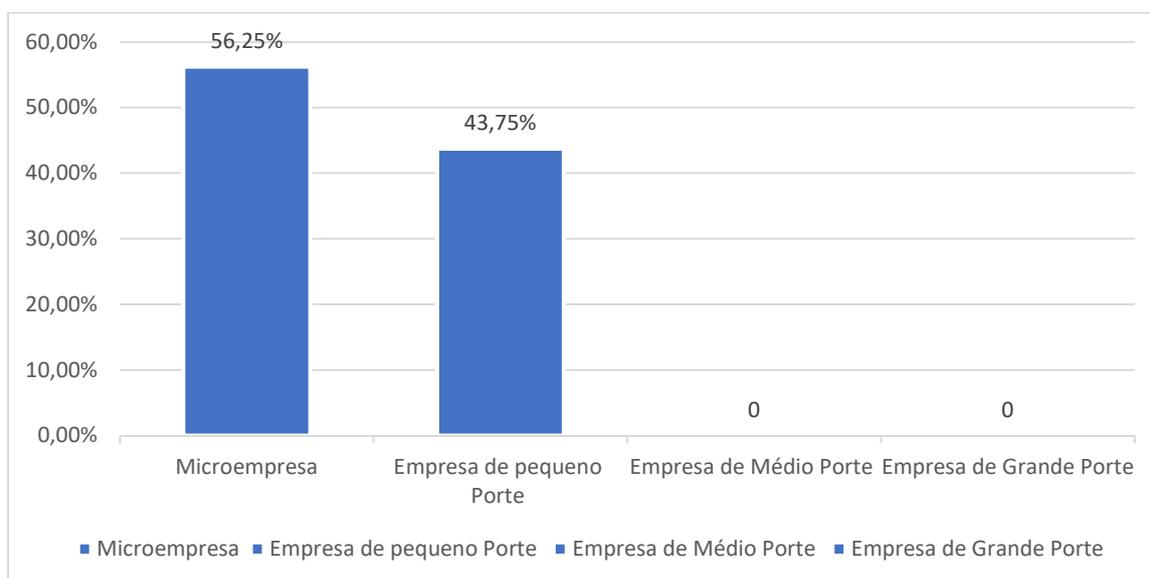
Empatados com entre um ano a 10 anos como empresário cada um com percentual de 31,25% e apenas 12,5% afirmaram ter mais de 20 atuando na área.

De acordo com Garcia (2008), nenhum empreendedor desenvolveu o sucesso do seu negócio apenas escrevendo sentado elaborando planos de negócios. Eles precisaram ir a campo, identificar suas características mais fortes e mais fracas, e trabalhar intencionalmente no desenvolvimento de suas

competências, isto faz com que amadureça e sua empresa e seu negócio se solidifique, o sempre buscar aprender e empreender.

Conforme citado por Dornelas (2012) o índice de mortalidade no primeiro ano das micro e pequenas empresas (MPE) brasileiras alcança valores próximos a 70%, e nos Estados Unidos, referência em empreendedorismo, também não é muito diferente com 50% de suas startups não sobrevivendo em alguns setores, as principais causas dessas micro e pequenas empresas não terem sucesso são a incompetência gerencial (45%), expertise desbalanceada (20%) e inexperiência em gerenciamento (18%). Agrupando com as outras causas, percebe-se que 98% das causas podem ser devido à falta ou falha no planejamento do negócio. No Brasil, pesquisas do SEBRAE não apontam causas diferentes destas. Desta maneira a pesquisa demonstra de certa forma sucesso dessas empresas que estão somando de 0 a 10, dando 62,50% atuando em suas micro e pequenas empresas como empresários.

Gráfico 4: Enquadramento social do empreendimento



Fonte: Dados da pesquisa, 2020

Nesta questão das quatro opções apenas duas foram assinaladas, as microempresas que compõe 56,25% dos entrevistados e as Empresas de pequeno porte que são 43,75%.

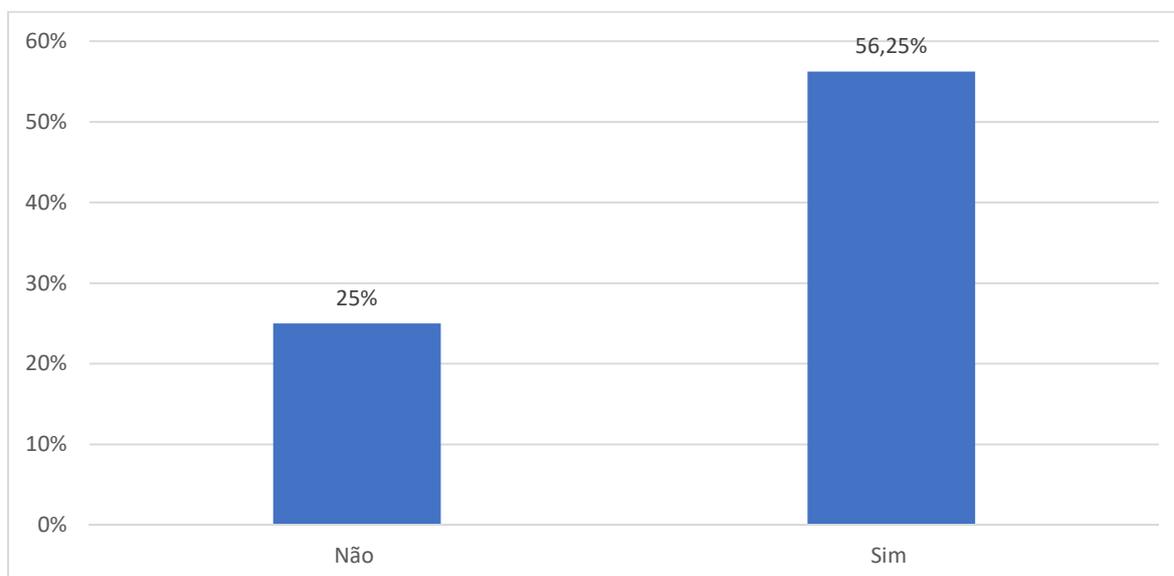
Segundo o SEBRAE/SP (2018), as micro e pequenas empresas brasileiras são responsáveis pelo emprego de mais de 67% da população

economicamente ativa do país, já no que se refere ao ambiente urbano contribuem com 20% do volume de riquezas gerado pela nação, sendo um número bem expressivo.

De acordo com o IBGE (2016), para cada dez empregos formais criados pelas empresas novas (com até cinco anos), entre 2010 e 2016, em média, cinco foram em microempresas, três em pequenas, um nas médias e um nas grandes, mostrando dessa forma a importância do crescimento das Micro e pequenas empresas no Brasil.

Dados do SEBRAE/SP (2008) mostram que a representatividade e a força das MPE's podem ser traduzidas em números. São 5,1 milhões de estabelecimentos; 48% da produção nacional; 98,5% das empresas existentes no país; 95% das empresas do setor industrial; 99,1% das empresas do setor de comércio; 99% das empresas do setor de serviço e 21 % do Produto Interno Bruto (ou R\$ 189bilhões).

Gráfico 5: Aquisição de bens pessoais em nome da empresa



Fonte: Dados da pesquisa, 2020

Quanto a aquisição de bens pessoais em nome da empresa, 56,25% dos empresários afirmaram que adquirem sim bens em nome da empresa, contra apenas 25% que não, que separa os bens da empresa dos bens pessoais.

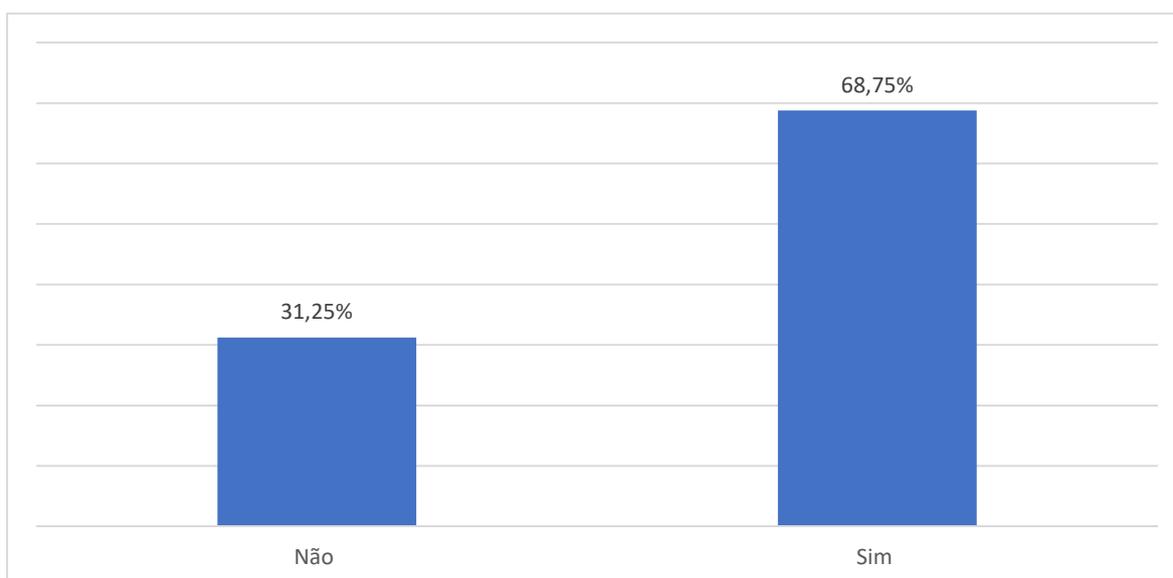
No campo da contabilidade o CFC (Conselho Federal de Contabilidade) adotou o Princípio da Entidade, no qual o patrimônio da pessoa jurídica não pode

jamais se confundir com o patrimônio de seus sócios ou proprietários (NEGRÃO, 2011).

Entretanto pode acontecer confusão patrimonial quando os negócios dos sócios se confundem com os da pessoa jurídica, situações em que ocorre o abuso da personalidade jurídica, desvio de finalidade (PEDRO, 2011).

Esse é o princípio contábil mais importante não se pode misturar as contas pessoais com as da empresa. Alguns gestores, ainda usam o dinheiro da empresa para gastos pessoais. Os problemas que isso pode acarretar são vários. Por falta de organização, o empresário pode perder o controle financeiro tanto da empresa quanto dos seus gastos próprios, não ter visibilidade dos gastos (REQUIÃO, 2003).

Gráfico 6: Conhecimento do empreendedor sobre pró-labore



Fonte: Dados da pesquisa, 2020

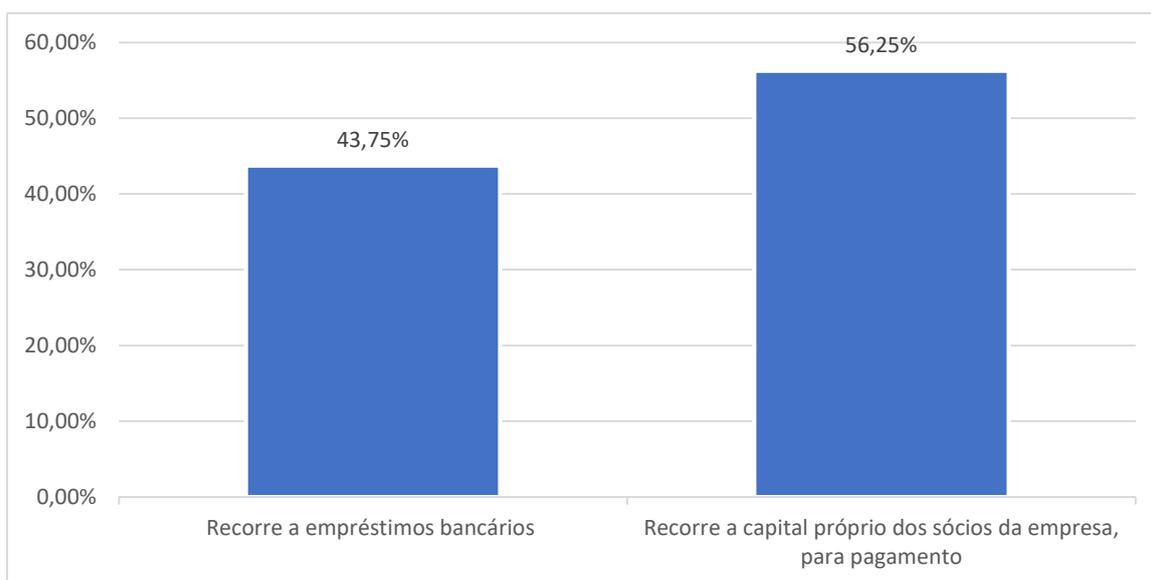
Sobre pró-labore, 68,75% dos empresários afirmaram saber do que se tratava, enquanto 31,25% não sabiam saber o que era.

O pró-labore é um tipo de remuneração que o sócio recebe pelo serviço que desempenha dentro da empresa, desta maneira se algum sócio não executa nenhum trabalho dentro da empresa, ele deverá receber somente o que lhe diz respeito a sociedade e não o pró-labore (DRECHSLER, 2011).

Cruz et al (2010) chama atenção que não existe uma definição ou algum tipo de valor fixo para o pró-labore, pois se o empresário trabalhou e

desempenhou algum tipo de função dentro da organização, ele também é um custo. O autor ainda enfatiza que principalmente as pequenas empresas costumam cometer um erro bem comum que é quando não se estipulam um pró-labore, daí algum sócio necessita de pagar alguma dívida imediata acaba retirando dinheiro do caixa alegando ser o seu pró-labore. Não é algo saudável para as finanças da empresa.

Gráfico 7: Procedimento realizado quando necessita de capital pra suprir dívidas



Fonte: Dados da pesquisa, 2020

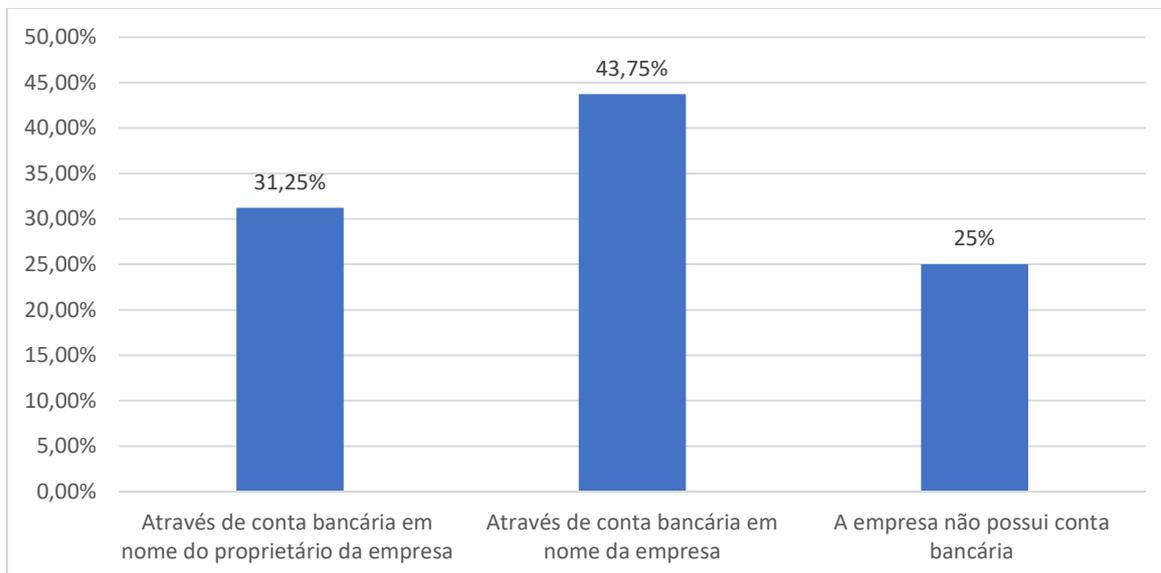
Dos empresários entrevistados 56,25% afirmaram recorrer ao próprio capital dos sócios da empresa, enquanto 43,75% recorre a empréstimos bancários. De acordo com Assaf Neto e Silva (2002, p.13) "uma administração inadequada do capital de giro resulta, normalmente, em sérios problemas financeiros, contribuindo para a formação de uma situação de insolvência".

A gestão financeira, para ser eficaz, precisa estar sustentada e orientada por um planejamento de suas disponibilidades. Para isso o gestor precisa de instrumentos confiáveis que o auxiliem a otimizar os rendimentos dos excessos de caixa ou a estimar as necessidades futuras de financiamentos, para que possa tomar decisões certas e oportunas.

Segundo Assaf Neto (2003), algumas vezes as empresas têm de recorrer a empréstimos bancários, seja para sanar dívidas, ou para adquirir algum bem para empresa, entretanto as taxas de juros são poucos atrativas dependendo do

tempo em que se pretende pagar tal empréstimo, neste caso, o autor aconselha fazê-lo somente estritamente necessário, com um bom planejamento.

Gráfico 8: Como ocorre a movimentação bancária da empresa



Fonte: Dados da pesquisa, 2020

No que tange a movimentação bancária da empresa, 43,75% afirmam que elas se dão através da conta bancária em nome da própria empresa, 31,25% não faz distinção movimentando através da própria conta do dono, e surpreendentemente 25% afirmam que a empresa não tem uma conta bancária.

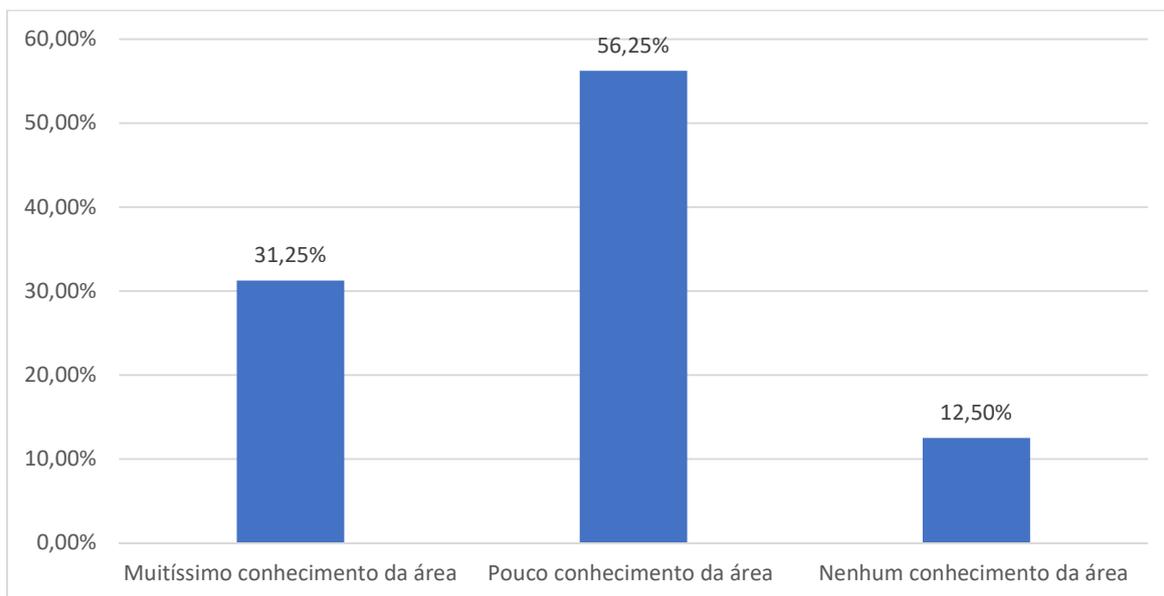
De acordo com Sá (2009) uma coisa que tem que ficar muito clara na mente do empreendedor é que os lucros e as despesas da empresa, pertencem a empresa, e a saída do dinheiro que envolve a vida pessoa dos sócios são de responsabilidades destes, é necessário fazer uma divisão muito séria neste sentido, para não haver confusão e as contas não baterem no final do dia ou do mês.

A abertura de uma conta jurídica organizará melhor as finanças, sem falar que uma vida financeira bem organizada facilita muito a vida de um empresário, pois ele saberá exatamente para onde foi o dinheiro, seja para estoques, pagamentos de salários ou gastos da própria empresa (SÁ, 2009).

Souza (2008) salienta que as contas bancárias, principalmente as contas jurídicas, apesar de ter as taxas mais elevadas do que contas comuns, também apresentam vantagens maiores as pequenas e micro empresários, como

concessões de crédito mais vantajosas, com taxas mais baixas, sem contar que terá acesso a uma gama de produtos financeiros específicos e facilidades em participar de alguns programas de incentivos do governo.

Gráfico 9: Conhecimento de contabilidade pelo Gestor



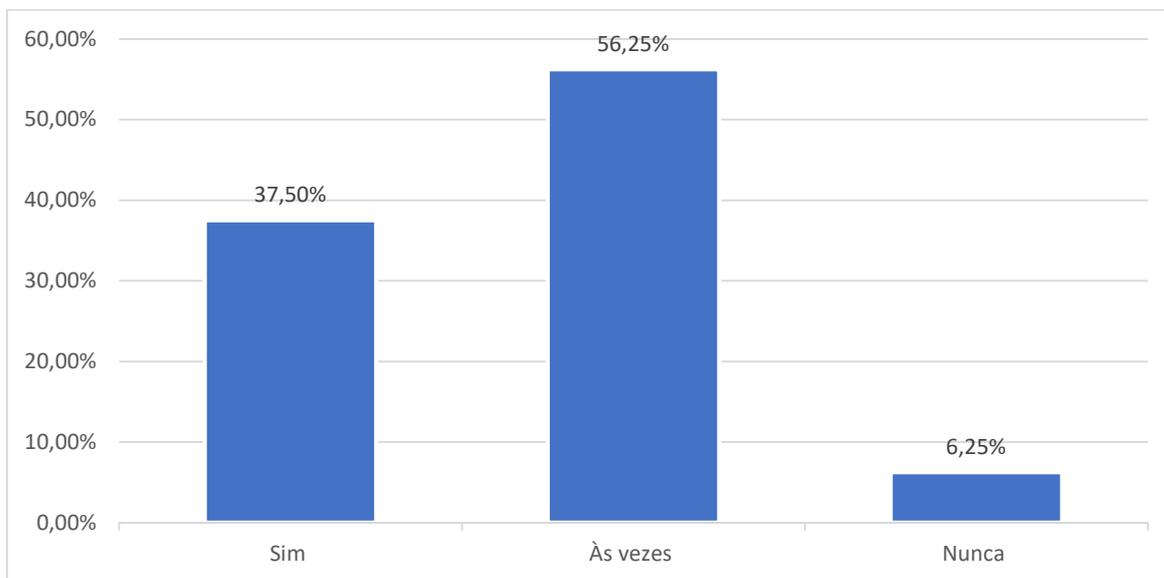
Fonte: Dados da pesquisa, 2020

Um número expressivo de empresários afirmara ter pouco conhecimento na área de contabilidade com a totalidade de 56,25%, 31,25 afirmaram ter muito conhecimento na área e apenas 12,50% disseram não ter nenhum conhecimento na área.

O trabalho de gerenciar um negócio sendo ele pequeno ou grande inclui processos administrativos como planejamento, organização e principalmente um eficiente controle voltado para resultados, desta maneira é de suma importância que os empreendedores hoje tenham um bom conhecimento de contabilidade, para poder gerenciar da melhor forma todos os recursos possíveis do seu negócio (JIAMBALVO, 2002).

Já Marion (2005) afirma que todo empresário deve ter conhecimentos suficientes sobre o processo contábil, inclusive sobre demonstrativos financeiros, para poder reconhecer quais métodos contábeis poderão funcionar de forma mais vantajosa em sua empresa.

Gráfico 10: A empresa separa o que é da empresa e o que são dos sócios?



Fonte: Dados da pesquisa, 2020

De acordo com Coelho (2013) quando uma empresa é bem organizada ela tem um controle rigoroso de suas finanças, não tirando de um setor para colocar em outro, e não deixa misturar o que é conta pessoal do que é conta da empresa.

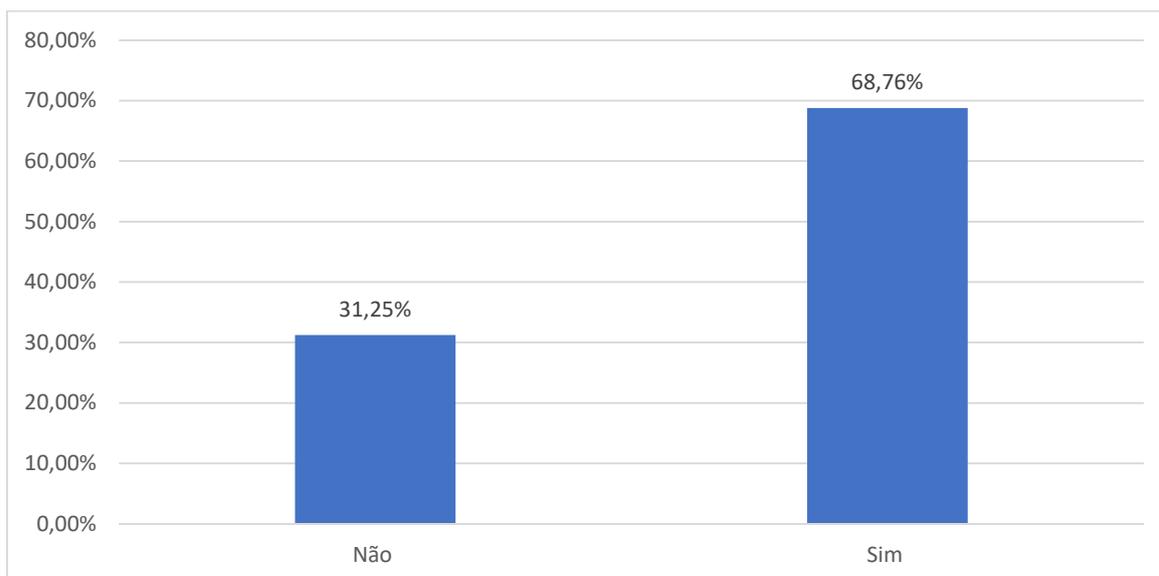
Um grau de organização está longe de ser realidade em boa parte das micro e pequenas empresas, entretanto Coelho (2013) salienta que é de extrema importância que o empresário consiga separar bem as contas físicas da das contas jurídicas.

Muitos empresários acabam criando uma enorme confusão patrimonial e ficando em dificuldades por não tomar um passo tão simples. O gestor, o proprietário ou o sócio não devem fazer retiradas de dinheiro da empresa indiscriminadamente para suas contas, seu benefício ou da sua família, pois isto aponta descontrole administrativo, ou falta de maturidade para gerir um negócio (MAMEDE, 2011).

Nesse sentido o patriarca, em geral o controlador das empresas familiares deve implementar mecanismo de controle para impedir, que ocorra esse problema nas suas empresas, "(...) sócio utiliza o patrimônio da pessoa jurídica para realizar pagamentos pessoais e vice-versa, atentando contra a separação das atividades entre empresa e sócio". (FARIAS, 2009 p. 309)

Existem maneiras corretas para isso sem ferir os princípios da separação de bens do sócio e da empresa, pois como sócios ou donos todos tem direito, entretanto existem formas legais para se fazer isso, uma já até comentada anteriormente que é a pró-labore, e outra seria uma distribuição dos lucros da empresa (NEGRÃO, 2011).

Gráfico 11: O contador que presta serviço orienta sobre a separação do que pertence a pessoa física da pessoa jurídica?



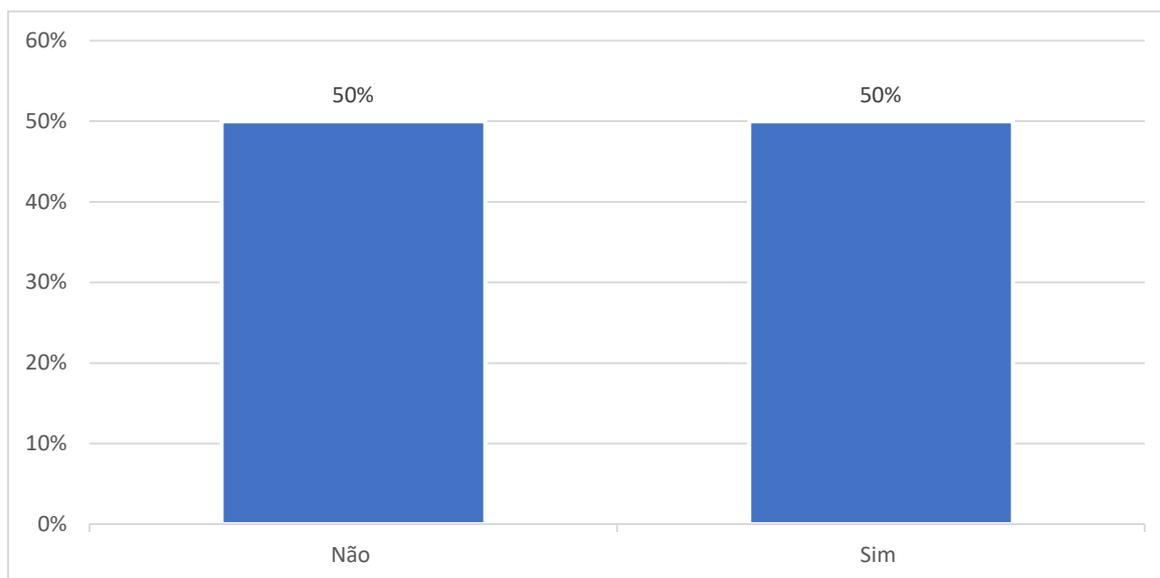
Fonte: Dados da pesquisa, 2020

De um modo geral as empresas contratam contadores para auxiliar na parte contábil da empresa, neste sentido 68,7% afirmaram que esses profissionais prestam orientação a respeito da separação do que é do empresário do que é da pessoa física, e 31,25% afirmaram que não recebem esse tipo de orientação.

Assim para auxiliar os empresários ou os sócios na administração e cumprimento das normas exigidas, o profissional de contabilidade é contratado para prestar serviços, registrando os atos e fatos da gestão patrimonial, com intuito de fornecer informações confiáveis aos usuários afim de proteger o patrimônio dos envolvidos, orientar está entre suas atribuições, para que seu cliente não venha cometer atos falhos e posteriormente gerar problemas tanto no âmbito pessoal como colocar em risco a saúde da empresa (SORNBERGER et al., 2009).

Muitos empresários não têm conhecimento acerca dos processos contábeis e desta maneira são orientados pelo profissional contábil que atende às empresas, estes buscam orientar os administradores para que seja feita a correta aplicação da separação da pessoa física e da pessoa jurídica (NETO; PINHEIRO, 2009).

Gráfico 12: O empresário sabe o que significa princípio da entidade?



Fonte: Dados da pesquisa, 2020

Como demonstrado na pesquisa 50% conhecem e sabem o que significa o princípio da entidade e 50% não sabe o que venha a ser isto. O Princípio da Entidade reconhece o Patrimônio como objetivo da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedades ou instituição. (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2010).

O contador, conhecendo o conceito do princípio da entidade, sabe que a sua aplicação é extremamente importante no cotidiano da empresa. Entretanto cabe aos empresários saber fazer a diferenciação do que é da empresa e o que

é físico, a limites de até onde o profissional de contabilidade pode interferir (FRANÇA, 2014).

Tem sido algo bem comum, principalmente nas pequenas e microempresas administradores que fazem retiradas do caixa ou conta bancária da empresa para uso pessoal, ou até mesmo adquirir bens. O que o empresário desconhece é que essa prática pode levar sua empresa à falência, pois compromete o controle e organização da empresa (RIBEIRO, 2014).

De acordo com Coase (2006) quando existe uma retirada de recursos da empresa para pagar contas pessoais do sócio, deve-se reconhecer essa retirada como uma dívida que o sócio contraiu para com a empresa, e dessa maneira essa dívida deverá ser paga. Assim, a escrituração contábil da empresa ficará clara e precisa, e fornecerá informações sólidas, concretas e de acordo com a realidade, podendo ser utilizadas para tomada de decisões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado objetivou verificar se ocorre à violação do Princípio da Entidade e qual é a visão que os gestores têm da contabilidade, nas cidades de São Mateus e Jaguaré no Espírito Santo. Através de questionário aplicado em empresas do porte acima citado, mesmo em meio as dificuldades de acessibilidade devido à Covid 19 foi possível responder aos objetivos iniciais, a amostra foi pequena, mas não se esgotou o assunto. Quanto aos objetivos específicos todos foram alcançados já que foi possível buscar através do questionário informações sobre as micro e pequenas empresas tanto no município de São Mateus quanto de Jaguaré. Descreveu-se os princípios fundamentais da contabilidade e sua relevância a medida que o referencial teórico foi sendo construído. Pôde-se verificar também o conhecimento dos empresários acerca do princípio da entidade bem como se eles seguem

Dos empresários que responderam à pesquisa, foi possível, verificar que, em sua grande maioria, possuem pouco conhecimento a respeito da contabilidade, entretanto 31,25% afirmaram ter muito conhecimento na área; no que tange ao conhecimento sobre o princípio da entidade 50% afirmaram ter conhecimento a respeito e 50% afirmaram que não conhecem, e quanto a receber orientação do profissional que lhes presta serviço contábil sobre a devida separação entre o que pertence à empresa e o que pertence aos sócios, 65% dos empresários afirmaram receber tal ajuda por parte do seu contador.

É importante salientar que o sucesso de uma empresa não depende somente de um bom planejamento tributário ou do simples atendimento das obrigações fiscais, mas, principalmente, do acesso dos gestores a relatórios que forneçam informações oportunas e confiáveis e que sirvam de base para nortear tomadas de decisões.

Após os resultados encontrados sugere-se nessa pesquisa que os profissionais contadores tendo conhecimento da relevância dos princípios em geral e especialmente do princípio em estudo, dissemine esse conhecimento para seus clientes.

Para os empresários recomenda-se que procurem utilizar o princípio da entidade na gestão de seus negócios, como forma de ter um controle melhor da

vida financeira e patrimonial da empresa e assim garantir resultados positivos no futuro.

O Princípio da Entidade é de suma importância dentro das organizações porque reconhece que o patrimônio é o objeto da contabilidade e pertence à entidade, sem se confundir com os patrimônios particulares dos seus sócios ou proprietários.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração do capital de giro**. São Paulo: Atlas, 2002.

BAZZI, Samir. **Contabilidade Gerencial: conceitos básicos e aplicação**. 2015. Curitiba: Inter Saberes, 2015.

BETHLEM, Agrícola de Souza. **A empresa familiar: oportunidades para pesquisa**. Revista de Administração, Rio de Janeiro, v. 29, n. 4, p. 88-97, 1994.

BLECHER, Nelson. **Em Busca da Eternidade: o que alguns dos maiores grupos familiares brasileiros estão fazendo para perpetuar seus negócios**. Revista Exame, edição 794, ano 37, n. 12, junho de 2003.

BORNHOLDT, Wener. **Governança na empresa familiar: implantação e prática**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

BUGARIM, Maria Clara. et al. Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade. Conselho Federal de Contabilidade, 2008. Disponível em: http://portalcfc.org.br/wordpress/wpcontent/uploads/2013/01/Livro_PrincipioseNBCs.pdf. Acesso em: 05 de maio de 2020.

CÂMARA, José Ivo de Andrade. **Percepção de profissionais da área contábil com atuação na cidade de Natal/RN quanto a sua categoria profissional**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. Ciências Contábeis. Disponível em https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/1/602/1/Jos%C3%A9IAC_Monografias.pdf. Acesso em: 06 de setembro de 2020.

CASILLAS, José Carlos; VÁZQUEZ, Adolfo; DÍAZ, Carmen. **Gestão da Empresa Familiar: conceitos, casos e soluções**. São Paulo: Thomson, 2007.

CÊRA, Kristiane.; ESCRIVÃO FILHO, Edmaundo. **Particularidades de gestão da pequena empresa: condicionantes ambientais, organizacionais e comportamentais do dirigente**. In: EGEPE – Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas. 3. 2003, Brasília. Anais... Brasília: UEM/UEL/UnB, 2003, p. 796-812.

COASE, Ronald Harry. A firma, o mercado e o direito. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2006.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual do Direito Comercial**. 25 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CONAJE - Confederação Nacional dos Jovens Empresários. Disponível em: <http://conaje.com.br/wp-content/uploads/Relat%C3%B3rio-da-2%C2%AAedi%C3%A7%C3%A3o-da-pesquisa.pdf>. Acesso em: 23/09/2020

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade – 3. Ed. — Brasília: CFC, 2008.

CRUZ, Ana Paula Capuano; ESPEJO, Marcia Maria dos Santos Bortolucci; ESPEJO, Robert Armando; PITELA, Antônio César ... **Sistemas Contábeis de apuração de sustos**: uma pesquisa de campo em empresas industriais paranaenses. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, n. 181, janeiro/fevereiro 2010.

DORNELAS, José. Empreendedorismo: Transformando ideias em negócios. 5. ed. Rio de Janeiro: Empreende/LTC, 2014.

DRECHSLER, Werner. Causas da descontinuidade das empresas comerciais varejistas no município gaúcho de Nova Petrópolis. Caxias do Sul: UCS, 2011.

FARI, Murilo Arthur, NOGUEIRA, Valdir. **Perfil do profissional contábil**: relações entre formação e atuação no mercado de Trabalho. Artigo publicado Perspectivas Contemporâneas, Campo Mourão, v.2, p. 117-131, janeiro/junho.2006.

FARIAS, Cristiano Chaves. **Direito civil**: teoria geral. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009. p.386.

FERRONATO, Aírto João. **Gestão contábil-financeira de micro e pequenas empresas**: sobrevivência e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2011.

FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo et al. **Conflito de interesses nas assembleias de SA**: e outros escritos sobre conflito de interesse. 2014.

GARCIA, Luís Fernando **Conduta ou personalidade de um empreendedor. Empreendedor**. São Paulo, n. 169, p. 76, novembro. 2008.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR, GEM. 2011. Disponível em: http://www.ibqp.org.br/img/projetos/downloads/arquivo_20120705121115.pdf. Acesso em: 05 de set de 2020.

GONÇALVES, José Sergio Rocha Castro. **As empresas familiares no Brasil**. Revista de Administração de Empresas –R A E, v. 40, janeiro/março. 2000.

JIAMBALVO, James. Contabilidade Gerencial. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação**: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: Intersaberes, 2014

LEMES, Sirlei.; Carvalho, Contabilidade internacional para graduação Texto, estudos de casos e questões de múltipla escolha. São Paulo: Atlas, 2010.

LEONE, Rodrigo José Guerra.; LEONE, Nilda Maria de Clodoaldo Pinto Guerra. **Pequenas e médias empresas**: contribuições para discussão sobre

por que e como medir o seu tamanho. Revista do Mestrado em Administração da Universidade Potiguar - RaUnP - Ano 4, n.1 (outubro.2011/ março. 2014).

LEONE, Nilda Maria Clodoaldo Pinto Guerra. **Sucessão na empresa familiar: preparando as mudanças para garantir sobrevivência no mercado globalizado.** São Paulo: Atlas, 2005.

LIMA FILHO, Dario de Oliveira ; SPROESSER, Renato Luiz.; MARTINS, Ebér. Luís Capistrano. **Empreendedorismo e Jovens Empreendedores.** Revista de Ciências da Administração, v. 11, n. 24, p. 246-277. Maio/agosto 2009

LOPES, Antônio . Os princípios contábeis segundo a Resolução CFC 750/93. Brasil Escola. Disponível em: <http://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/administracao/osprincipioscontabeissegundoaolucaocfc750.htm>. Acesso em: 15 de maio de 2020.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Introdução à teoria da Contabilidade para o nível de graduação.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAMEDE, Gladston. **Direito Empresarial Brasileiro – Empresa e Atuação Empresarial.** São Paulo: Atlas, 2011

MARTINS, Jean Gleyson Farias. **Proposta de Método para Classificação do Porte das Empresas.** 2014. 78 p. Dissertação (Mestrado) – Mestrado Profissional em Administração, Universidade Potiguar, Natal. 2014.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial.** 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial.** 11. Ed São Paulo: Atlas, 2005.

NEGRÃO Ricardo. Manual de Direito Comercial e de Empresa. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2011

NETO, João Estevão Barbosa; DIAS, Warley de Oliveira; PINHEIRO, Laura Edith Taboada. **Impacto da Convergência para as IFRS na Análise Financeira: um estudo em empresas brasileiras de capital aberto.** Contabilidade Vista & Revista, Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p. 131-153, outubro/dezembro 2009.

PADOVEZE, Clóvis. Contabilidade Gerencial: Um enfoque em sistema de informação contábil. 2 ed. São Paulo. Editora Atlas, 1997.

PEDRO, Paulo Roberto Bastos. **Curso de Direito Empresarial.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

REQUIÃO, Rubens Edmundo. **Curso de direito comercial.** 25 Ed. São Paulo: Saraiva, 2003

RIBEIRO, Tomayka Mendonça; TEIXEIRA, Rivalda Meira **A criação de negócios por empreendedores jovens: estudo de casos múltiplos no estado de Sergipe**. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas – REGEPE, Brasil, v.1, n.1, janeiro/abril de 2012

RIBEIRO, Osni Moura; COELHO, Juliana Moura Ribeiro. **Princípios de Contabilidade**: Comentados. São Paulo: Saraiva, 2014.

SÁ, Carlos Alexandre. **Fluxo de caixa** – A visão da Tesouraria e da Controladoria. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Empresas familiar**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/empresafamiliar>. Acesso em 20 de outubro de 2020.

SILVA, Tatiane Terezinha da. **Exigências impostas pelo mercado de Trabalho**: análise comparativa entre graduandos e graduados do Curso de Ciências Contábeis. 2003. 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) — Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MACHADO, Hilka Pelizza Vier. **Jovens empreendedores**: perfil, dificuldades na gestão e perspectivas dos empreendimentos. In: ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 4., 2005, Curitiba, PR. Anais Curitiba, 2005.

SORNBERGER, Geovane Paulo et al. **Contabilidade em condomínios**: um diagnóstico da utilização das informações contábeis pelos gestores de condomínios na cidade de sorriso - mt. Revista Contabilidade & Amazônia, sinop, v. 2, n. 1, 2009.

SOUZA, Luiz Carlos de. **Controladoria aplicada aos pequenos negócios**. Curitiba: Juruá, 2008.

SULL, Donald .**De volta ao sucesso**: por que boas empresas falham e como grandes líderes as reconstroem. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

ZANLUCA, Júlio César. **Os princípios de contabilidade**. Junho, 2016.

APÊNDICE

1. Qual a idade de quem é responsável pelo gerenciamento da empresa
 - De 20 a 35 anos
 - De 35 a 45 anos
 - De 45 a 60 anos
 - Mais de 60 anos

2. Qual a escolaridade do mesmo?
 - Ensino Fundamental
 - Ensino Médio
 - Ensino Superior Incompleto
 - Ensino Superior Completo

3. A quanto tempo atua como empresário
 - De 0 a 05 anos
 - De 05 a 10 anos
 - De 10 a 20 anos
 - Mais de 20 anos

4. Qual enquadramento social sua empresa se classifica:
 - Microempresa
 - Empresa de pequeno Porte
 - Empresa de Médio Porte
 - Empresa de Grande Porte

5. Já foram realizadas aquisições de bens para uso pessoal em nome de sua empresa
 - Não
 - Sim

6. Você sabe o que é pró-labore
 - Sim

Não

7. Qual procedimento é realizado quando a empresa necessita de capital para suprir suas dívidas

Recorre a empréstimos bancários

Recorre a capital próprio dos sócios da empresa, para pagamento

8. Como ocorre a movimentação bancária da empresa

Através de conta bancária em nome do proprietário da empresa

Através de conta bancária em nome da empresa

A empresa não possui conta bancária

9. Qual é o conhecimento de contabilidade pelos gestores/administradores da empresa

Muitíssimo conhecimento da área

Pouco conhecimento da área

Nenhum conhecimento da área

10. A empresa faz a separação do que é da empresa e o que pertence aos sócios

Sim

Às vezes

Nunca

11. O profissional contábil que presta serviços à sua empresa os orienta sobre a separação entre o que pertence a pessoa jurídica e o que pertence a pessoa física

Sim

Não

12. Você empresário/administrador de empresa sabe o que significa o princípio da entidade

Sim

Não